

DOSSIÊ:

A letalidade policial em Londrina e no Paraná

Movimento “Justiça por Almas – Mães de Luto em Luta”

Londrina, agosto de 2023



01 – APRESENTAÇÃO

O Movimento “Justiça por Almas – Mães de Luto em Luta” foi criado em Londrina - município com 555.937 habitantes localizado no Norte do Paraná - com objetivo de denunciar a enorme quantidade de mortes de pessoas durante ações das forças de segurança, principalmente as da Polícia Militar.

Neste dossiê, dados do Ministério Público Estadual do Paraná e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública comprovam que a cidade de Londrina tem uma letalidade policial acima das médias dos demais municípios do Estado. E, da mesma forma, revelam que o Paraná concentra indicadores de mortes violentas acima da média nacional.

O movimento, que também representa famílias de outras cidades, exige o fim da matança dos jovens.

02 – ESTATÍSTICAS

Londrina tem se destacado pelo alto número de Mortes em Decorrencia de Intervenções Policiais (MDIP), denominação dada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São óbitos decorridos de ações das forças de segurança como Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Penal e guardas municipais.

Com 555.937 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o Município acumulou 226 MDIP no período de 2017 a 2022. Os dados foram compilados para esse dossiê do site do Ministério Público Estadual.

As 226 mortes representam um índice de 4,07 mortes por 10 mil habitantes, bem acima da média estadual de 1,91.

O indicador está bem acima dos das demais cidades de porte médio do Estado, como Maringá (0,90), Ponta Grossa (1,08), Foz do Iguaçu (2,31), e Cascavel (0,80). E também da própria capital do Estado, onde ocorreram 558 mortes de 2017 a 2022, ou 3,15 mortes a cada grupo de 10 mil habitantes.

Em 2020, Londrina foi destaque no anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública como uma das cidades com mais mortes em ações policiais em todo o País. Veja no quadro:

UF	Município	Nº de vítimas	População	Taxa por 100 mil hab.
RJ	Rio de Janeiro	415	6.747.815	6,2
SP	São Paulo	390	12.325.232	3,2
BA	Salvador	381	2.886.698	13,2
RJ	São Gonçalo	199	1.091.737	18,2
GO	Goiânia	135	1.536.097	8,8
PR	Curitiba	104	1.948.626	5,3
RJ	Duque de Caxias	83	924.624	9,0
AP	Macapá	80	512.902	15,6
AM	Manaus	78	2.219.580	3,5
PA	Belém	71	1.499.641	4,7
RJ	Belford Roxo	71	513.118	13,8
RJ	São João de Meriti	58	472.906	12,3
CE	Fortaleza	57	2.686.612	2,1
PR	Londrina	57	575.377	9,9
RJ	Nova Iguaçu	52	823.302	6,3
RN	Natal	50	890.480	5,6

No grupo de 21 municípios com mais mortes no Paraná, segundo o Gaeco, estão 11 da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Há também 4 da região de Londrina. Proporcionalmente ao tamanho da população, as quatro cidades do norte do Paraná (Ibiporã, Londrina, Cambé e Arapongas) tiveram mais mortes que as da RMC. O índice da região de Londrina é de 3,84 mortes a cada 10 mil habitantes. E o de Curitiba, de 3,50.

PARANÁ

De 2017 a 2022, as forças de segurança mataram 2.194 pessoas no Estado. A PM foi responsável por 2.135 óbitos, ou 97% do total.

No ano passado, o Paraná foi a quinta unidade da Federação onde as forças de segurança mais mataram pessoas. Em primeiro lugar veio a Bahia, com 1.464 casos, seguida do Rio de Janeiro (1.330), Pará (548), e Goiás (564). Os dados são do último anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A entidade traz um número um pouco diferente do Gaeco. Diz que a Polícia matou 479 paranaenses no ano passado. Segundo o grupo do Ministério Público foram 488 mortes.

Chama atenção no relatório do Fórum, o fato de o Paraná ter tido mais mortes que São Paulo (419) em números absolutos, mesmo o estado vizinho tendo uma população quatro vezes maior.

Sabe-se que as mortes decorrentes de ação policial em São Paulo vêm caindo desde que foram implantadas câmeras corporais nos uniformes dos PMs. Já o Paraná, que demora a tomar a mesma providência, as MDIP só crescem.

No período analisado, só houve uma leve redução de casos de 2018 para 2019. Nos demais anos, os aumentos foram constantes. De 2017, quando o Gaeco registrou 275 mortes, para 2022, o crescimento foi imenso: 77%.

Também chama atenção no relatório do Fórum a quantidade de mortes em intervenções policiais nos demais estados do Sul do País. Os casos no Rio Grande do Sul (106 no ano passado) representam menos de um quarto da matança paranaense, sendo que ambos os estados têm um número de habitantes muito parecido.

Em todo o Estado de Santa Catarina, houve apenas 44 mortes, menos do que na cidade de Londrina (50).

Veja no quadro a evolução dos casos nos municípios paranaenses onde mais se matam pessoas.

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Acumulado
Curitiba	78	76	78	101	105	121	559
Londrina	27	23	36	58	32	50	226
Colombo	6	12	9	16	14	5	178
São José dos Pinhais	18	21	18	18	26	18	119
Piraquara	9	7	9	11	15	15	66
Foz do Iguaçu	12	10	1	12	9	22	66
Fazenda Rio Grande	6	6	6	4	8	15	45
Cambé	1	7	12	3	5	15	43
Araucária	6	10	2	7	12	6	43
Ponta Grossa	4	3	9	8	6	9	39
Almirante Tamandaré	3	7	8	6	5	8	37
Maringá	7	7	8	3	4	8	37
Campo Largo	0	5	5	0	9	10	29
Cascavel	8	5	3	7	1	4	28
Ibiporã	1	2	7	6	8	3	27
Pinhais	3	7	3	6	4	2	25
Arapongas	0	1	2	9	8	5	25
Campo Magro	1	3	2	1	8	2	17
Sarandi	2	0	7	3	2	2	16
Toledo	1	3	4	4	2	1	15
Prudentópolis	0	1	1	7	0	1	10

Índice de mortes por 100 mil habitantes acumuladas de 2017 a 2022:

- Em destaque, municípios com indicadores acima da média estadual

Colombo	7,67
Campo Magro	5,69
Piraquara	5,56
Ibiporã	5,23
Londrina	4,07
Cambé	4,01
São José dos Pinhais	3,61
Curitiba	3,15
Almirante Tamandaré	3,09
Fazenda Rio Grande	3,02
Araucária	2,84
Foz do Iguaçu	2,31
Campo Largo	2,13
Arapongas	2,10
Prudentópolis	2,02
Pinhais	1,97
Sarandi	1,35
Ponta Grossa	1,09
Toledo	1,00
Maringá	0,90
Cascavel	0,80



Fonte: Gaeco/Ministério Público Estadual

SUPOSTOS CONFRONTOS

Para justificar as mortes, a Polícia Militar tem sempre a mesma explicação: durante abordagem, as “pessoas suspeitas”, com passagem ou com mandados de prisão em aberto, reagem à mão armada e, para evitar serem atingidos, os policiais atiram preventivamente.

Os familiares dos mortos frequentemente contestam essa alegação. Muitos têm convicção de que os parentes estavam desarmados durante as abordagens. Eles acreditam que, para dar ares de legalidade a execuções, os policiais “plantam” armas junto aos corpos.

A Defensoria Pública do Paraná realizou um estudo com 302 MDIP do ano de 2021 no Estado e descobriu que em 53% dos casos houve adulteração da cena do óbito. Depois de balearem as pessoas, os policiais dizem que recolhem as armas supostamente usadas por elas antes da Polícia Científica. O fato abre margem para os familiares pensarem que, de fato, o armamento foi “planado” pela polícia.

É importante ressaltar que policiais paranaenses já foram presos pelo Gaeco por esse tipo de prática.

[Veja um dos casos na reportagem da TV da RIC TV:](#)

A Defensoria também mostrou que menos da metade das 302 pessoas mortas tinham condenação criminal e 38% delas sequer contavam com passagem pela polícia.

Outra reclamação recorrente dos familiares é de que não têm acesso aos inquéritos e processos que envolvem as mortes. Se quiserem se inteirar dos casos, são obrigados a contratar advogados particulares. A grande maioria das mortes não vai a julgamento. Os processos são arquivados por “falta de prova”. De acordo com a Defensoria, apenas 1% dos casos viram processos judiciais.

É comum familiares reclamarem que os parentes haviam sido perseguidos antes de serem mortos. Alguns alegam que policiais os extorquiam, pedindo armas, drogas ou dinheiro para não executá-los.

Nas próximas páginas, vamos relatar casos de mortes pela polícia em Londrina e outras cidades.

03 – EMBASAMENTO JURÍDICO

A situação relatada nesse Dossiê coloca o Município de Londrina, representado por suas forças de segurança pública como ente violador de direitos da sua população.

Os entes públicos detêm a obrigação primária de respeitar, proteger e promover os direitos fundamentais e os direitos humanos de sua população. Esta obrigação é derivada da Constituição Federal e dos tratados internacionais de direitos humanos assumidos pelo Estado Brasileiro.

A obrigação de respeitar significa que os Estados devem abster-se de interferir ou restringir o gozo dos direitos. A obrigação de proteger exige que os Estados protejam indivíduos e grupos contra os abusos de seus direitos. A obrigação de promover significa que os Estados devem tomar medidas positivas para facilitar o gozo dos direitos.

Os órgãos de segurança pública detêm papel primordial para o cumprimento das obrigações dos entes federativos para com o respeito, proteção e promoção desses direitos, visto serem os órgãos públicos com legitimidade do uso de força para tanto.

Ocorre que, o uso da força conferida a esses órgãos de segurança apenas será legítima quando exercida em prol do respeito, proteção e promoção de direitos fundamentais e direitos humanos da população.

Casos de abuso e desrespeito dessa legitimidade devem ser considerados como graves violações de direitos, imputadas ao ente federativo correspondente dos agentes de segurança pública que deverão responder em âmbito nacional e internacional pelo não cumprimento de suas obrigações.

Os casos apresentados neste Dossiê demonstram situação grave e sistemática de violações de direitos por agentes da segurança pública em Londrina, em que há utilização das funções públicas para o cometimento de crimes, abusos de autoridade e violações de direitos.

O direito fundamental à vida é direito primário e essencial para a consecução dos demais direitos, devendo ter a obrigação de protegê-lo e respeitá-lo em caráter prioritário e absoluto pelo poder público.

Neste sentido, que de acordo com o artigo 5º da Constituição Federal, o direito à vida é inviolável devendo ser garantido a todos sem distinção de nenhuma natureza:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.”

Em âmbito internacional, o direito à vida é previsto no artigo 6 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e no artigo 4 da Convenção Americana de Direitos Humanos:

Artigo 6 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos

“O direito à vida é inerente à pessoa humana. Este direito deverá ser protegido pela lei. Ninguém poderá ser arbitrariamente privado de sua vida.”

Artigo 4 da Convenção Americana de Direitos Humanos

“Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente.”

Sendo assim, execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, ou seja, a morte deliberada de indivíduos fora de qualquer estrutura legal, são uma violação deste direito fundamental.

O Protocolo de Minnesota aborda os Princípios Relativos a uma Prevenção Eficaz e à Investigação das Execuções Extrajudiciais, Arbitrárias e Sumárias elaborado pelas Nações Unidas. Este documento discorre sobre as obrigações dos Estados de respeitar e proteger a vida e a obrigação processual de investigar mortes suspeitas a partir dos parâmetros do direito internacional.

Em linhas gerais, esse documento obriga os Estados a proibirem em suas legislações nacionais as execuções extrajudiciais, arbitrárias ou sumárias, garantindo que estas sejam tipificadas criminalmente. Além disso, obriga aos Estados que adotem medidas de prevenção que garantam um controle rigoroso sobre todos os agentes de segurança pública. E por fim, obriga que o Estado proceda uma investigação e procedimentos judiciais imparciais, rigorosos e imediatos para apuração e responsabilização daqueles que cometerem execuções extrajudiciais, arbitrárias ou sumárias.

Sobre esta temática resta interessante apontar as recomendações realizadas no Relatório ““Execuções Sumárias, Arbitrárias ou Extrajudiciais: Uma Aproximação da Realidade Brasileira” de 2001 que recomendam para o enfrentamento do problema no Brasil, o processamento criminal rigoroso de policiais violentos, o estabelecimento de uma competência federal para apurar crimes contra os direitos humanos, a investigação independente de casos de abuso policial, a criação e fortalecimento de ouvidorias, imposição de disciplina administrativa, dentre outros.

Além das violações diretas ao direito à vida pelos casos de letalidade policial apresentados nesse Dossiê, também devem ser apontadas as violações sistemáticas de direitos indiretos que também são resultantes da conduta criminosa dos agentes da força de segurança.

Como por exemplo, o direito a dignidade humana, a não discriminação, a integridade física e moral, a liberdade e segurança pessoal, a honra, as garantias judiciais, a proteção judicial, dentre outros que são garantidos na Constituição Federal e nos tratados internacionais. Vale ressaltar que esses direitos são violados em relação às vítimas assassinadas, como também aos seus familiares que são afetados com as consequências dessas violações. Quanto as normativas que estabelecem esses direitos destacam-se:

Direito à dignidade humana:

Artigo 1º da Constituição Federal

“Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana;

Artigo 1º da Declaração Universal de Direitos Humanos

“Artigo 1: Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.”

Direito à não discriminação e igualdade

Artigo 5º da Constituição Federal

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.”

Artigo 2 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos

“Os Estados Partes do presente Pacto comprometem-se a respeitar e a garantir a todos os indivíduos que se achem em seu território e que estejam sujeitos a sua jurisdição os direitos reconhecidos no presente Pacto, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra condição.”

Artigo 1 da Convenção Americana Sobre Direitos Humanos

“Os Estados-Partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.”

Direito à integridade física e moral

Artigo 5, III e XLIX da Constituição Federal

“Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.”

“É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.”

Artigo 7 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos

“Ninguém poderá ser submetido à tortura, nem penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.”

Artigo 5 da Convenção Americana de Direitos Humanos

“Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua integridade física, psíquica e moral.”

Direito à liberdade e segurança pessoal

Artigo 5º da Constituição Federal

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.”

Artigo 9 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos

“Toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança pessoais. Ninguém poderá ser preso ou encarcerado arbitrariamente. Ninguém poderá ser privado de sua liberdade, salvo pelos motivos previstos em lei e em conformidade com os procedimentos nela estabelecidos.”

Artigo 7 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos

“Toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança pessoais.”

Direito à honra

Artigo 5º, X da Constituição Federal

“São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.”

Artigo 17 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos

“Ninguém poderá ser objeto de ingerências arbitrárias ou ilegais em sua vida privada, em sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais às suas honra e reputação.”

Artigo 11 da Convenção Americana de Direitos Humanos

“Toda pessoa tem direito ao respeito de sua honra e ao reconhecimento de sua dignidade.”

Direito a garantias judiciais e proteção judicial

Artigo 5º, XXXV da Constituição Federal

“A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

Artigo 14 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos

“Todas as pessoas são iguais perante os tribunais e as cortes de justiça. Toda pessoa terá o direito de ser ouvida publicamente e com as devidas garantias por um tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido por lei, na apuração de qualquer acusação de caráter penal formulada contra ela ou na determinação de seus direitos e obrigações de caráter civil. A imprensa e o público poderão ser excluídos de parte ou da totalidade de um julgamento, quer por motivo de moral pública, de ordem pública ou de segurança nacional em uma sociedade democrática, quer quando o interesse da vida privada das Partes o exigir, que na medida em que isso seja estritamente necessário na opinião da justiça, em circunstâncias específicas, nas quais a publicidade venha a prejudicar os interesses da justiça; entretanto, qualquer sentença proferida em matéria penal ou civil deverá tornar-se pública, a menos que o interesse de menores exija procedimento oposto, ou o processo diga respeito à controvérsias matrimoniais ou à tutela de menores.”

Artigo 8 e 25 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos

“Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.”

“Toda pessoa tem direito a um recurso simples e rápido ou a qualquer outro recurso efetivo, perante os juízes ou tribunais competentes, que a proteja contra atos que violem seus direitos fundamentais reconhecidos pela constituição, pela lei ou pela presente Convenção, mesmo quando tal violação seja cometida por pessoas que estejam atuando no exercício de suas funções oficiais.”

Diante do contexto de violações graves e sistemáticas em Londrina deve ser contemplado nesses casos a reparação adequada e plena às vítimas das violações, seguindo os parâmetros internacionais de direitos humanos.

Uma reparação adequada e plena (*restitutio in integrum*) significa, quando possível, a restituição da situação anterior a violação. Em casos em que a restituição não é possível devido ao caráter da violação de direitos humanos, como nos casos apresentados, significará a determinação de medidas para garantir os direitos violados e reparar as consequências que as infrações produziram.

Os Princípios e Diretrizes Básicas sobre o Direito a Recurso e Reparação para Vítimas de Violações Flagrantes das Normas Internacionais de Direitos Humanos e de Violações Graves de Direito Internacional Humanitário das Nações Unidas estabelece nos princípios 18 a 23 as seguintes formas de reparação: restituição, indenização, reabilitação, satisfação e garantias de não repetição.

Sendo assim, entende-se que para alcançar uma reparação adequada e plena para as violações de direitos humanos é necessário que se tenham as medidas de restituição, indenização, reabilitação, satisfação e garantias de não repetição cumpridas em cada caso violado.

Em conclusão, o embasamento jurídico apresentado representa os padrões legais mínimos que devem ser considerados quando analisados casos de violência e letalidade policial, apontando a

necessidade de abordar esses casos a partir de uma perspectiva completa e integrada de normativas nacionais e internacionais que garantam o respeito, a proteção e a promoção de direitos fundamentais e de direitos humanos, especialmente por aqueles que detêm a obrigação primária para tanto.

04 - OS CASOS

Caso 01

Alexandre Aparecido Ferreira, 41 anos

Data da morte: 25/04/2022

No dia 25 de abril de 2022, sem que ninguém da família soubesse, um dos filhos de Silvana Aparecida Ferreira, que tem transtornos mentais, chamou a polícia após uma briga que teve com o tio, Alexandre Aparecido Ferreira, de 41 anos. “Levei um susto. Estava na calçada e do nada a viatura da Choque apareceu. Já saíram dizendo que não vieram para perder tempo, que iam matar quatro no Eucaliptus (bairro onde mora a família)”, conta Silvana.

De acordo com ela, seu irmão e seu filho costumavam ter desavenças, mas sempre se entendiam depois. Naquele dia, após uma discussão, Alexandre já tinha ido dormir. “Meu filho tinha saído para a rua e eu fui chamá-lo porque ele tem sérios problemas psicológicos e estava em prisão domiciliar”, explica. “O policial já apontou uma 12 (arma de fogo) para meu filho, mandou ele encostar e colocar as mãos no muro, engatilhou a arma na cabeça dele. Enquanto isso, o outro policial entrou com tudo na minha casa. Eu não sei o que aconteceu, só escutei um tiroteio. Eu já estava em pânico lá fora. Só sei que colocaram minha mãe e meu outro filho de 15 anos para fora da casa. Eles já haviam dado um tiro na mão do meu irmão na frente da minha mãe e do meu filho”, recorda

Silvana conta que ela e a mãe ficaram em estado de choque. “Choramos muito, desesperadas. Foi então que falaram: ‘Cala a boca sua velha’. Eu respondi: ‘Minha mãe tem válvula no coração’. E eles me mandaram calar a boca também. Disseram que, se não ficássemos quietas, iam levar nós duas presas”, explica.

Na sequência, os policiais entraram de novo na casa e, segundo Silvana, deram mais quatro tiros no irmão dela e o espancaram. “Ele não reagiu, nem arma ele tinha. Mentiram que ele batia na minha mãe, que ele queria matar minha mãe. Meu irmão nunca relou um dedo na minha mãe. Seria mais fácil e coerente minha mãe bater nele. Ele era um coitado magrinho, ainda trabalhava”, declara.

Silvana diz que o irmão não fazia mal a ninguém. “Todo mundo da rua gostava dele aqui onde moramos. Ele fazia uso de bebidas alcoólicas e usava drogas, sim, mas isso não prejudicava sua convivência com as pessoas”, lembra.

Alexandre tinha passagem pela polícia por dívida de pensão alimentícia.

“O patrão dele nem acreditou. Depois ainda tiraram sarro (policiais). Disseram que iam jogar Pokémon. Se eu não estivesse naquele momento no portão, tenho certeza que eles iam matar meu filho também. Ainda mais porque ele estava com tornozeleira eletrônica.”

A versão da mídia é que houve confronto e que Alexandre estava armado com uma faca. “Mesmo que fosse confronto, eles já tinham dado um tiro de 12 na mão do meu irmão. E isso foi na frente da minha mãe e do meu filho menor. “Não precisava ter dado mais quatro tiros e ainda o espancado”, afirma.

Silvana nem gosta de lembrar do fato. “Fico pensando no sofrimento do meu irmão. Além de matá-lo, acabaram com minha família, com a vida da minha mãe, principalmente. Hoje, ela só vive deitada, chorando, sem contar os problemas de saúde que se agravaram depois disso tudo que ela presenciou.”

A família não sabe os nomes dos policiais envolvidos. “Sei que estão soltos, na rua, pois ainda rondam minha casa. Depois disso tudo, ainda ameaçaram meus filhos.”

Sobre as investigações, Silvana conta que não tem advogado. “Sabemos que está nas mãos do Gaeco. Dizem que estão investigando. Somente minha outra irmã teve acesso ao inquérito.”

A família não recebeu nenhuma assistência por parte do Estado.

Caso 02

Alex Albino Pereira de Lima, 18 anos

Data da morte: 29/07/2022



De acordo com Sandra Albino, mãe de Alex Albino Pereira de Lima, o filho havia acabado de sair de uma internação em clínica localizada no município de Piraquara, devido à relação prejudicial e abusiva que tinha com substâncias psicoativas. Ela esclarece que Alex não chegou a ser apreendido pela polícia. Sequer havia Boletim de Ocorrência referente a alguma ilegalidade cometida pelo jovem.

Ele foi morto dia 29 de julho de 2022, aos 18 anos de idade, por dois policiais militares. A execução se deu no município de Bandeirantes, a cerca de 100 km de Londrina.

Alex estava na garupa de uma moto que era pilotada por um amigo dele. A polícia começou a perseguir os jovens no início da noite.

Os policiais dizem que houve troca de tiros, mas Sandra afirma que nem seu filho nem o amigo não portavam arma de fogo. "Alex nunca tinha pegado em arma na vida muito menos trocado tiros com os policiais", conta. O primeiro a ser alvejado teria sido o amigo de Alex, que após levar o primeiro tiro no peito já caiu morto.

A moto tombou num trevo de rodovia. A causa imediata da morte foi identificada como traumatismo craniano.

Sandra acredita que a cena do crime foi alterada pela Polícia Militar. "Corpos juntos um do lado do outro...arrumados. Pensa! Disseram que pegaram uma arma com eles. Mentira! Mexeram nos corpos antes da perícia chegar. Eu vi os corpos como eles estavam."

Alex já havia sido perseguido antes. "Já vinham batendo no meu filho todas as vezes que o encontravam."

A mãe alega que precisou interferir em vários momentos para proteger o filho. Uma vez, um dos policiais teria ido na frente da casa da família. Nessa ocasião, não teria partido para cima do jovem porque sabia que a mãe estava vendo, com o celular na mão para gravar a cena.

Além de Alex, Sandra tem dois filhos: Maikon Albino Pereira de Lima e Natalia Albino Pereira de Lima. O primeiro também já foi internado em clínica de reabilitação. É considerado pessoa com deficiência e recebe o Benefício de Prestação Continuada.

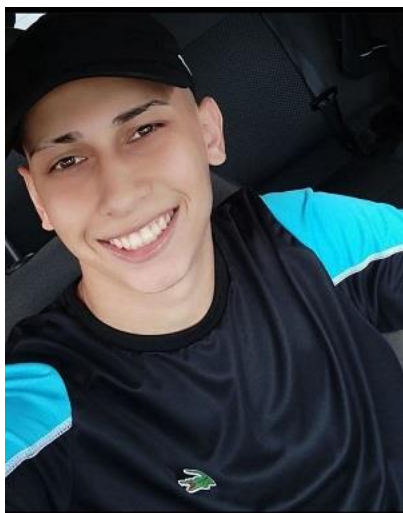
Sandra relata de forma reiterada que gostaria de morar em outro lugar. Diz que o bairro onde reside é totalmente permeado pelo comércio ilícito de substâncias psicoativas. Destaca estar em situação de sofrimento, pois não sabe se teme mais ao traficante ou a polícia.

Caso 03

- Anderbal Campos Bernardo Júnior, 21 anos

- Willian Jones Faramilio da Silva Junior, 18 anos

Data das mortes: 06/05/2022



Os jovens Anderbal Campos Bernardo Júnior, 21 anos, e Willian Jones Faramilio da Silva Júnior, 18 anos, foram mortos pela PM dia 6 de maio de 2022 durante perseguição ao carro onde eles estavam junto com outro colega, Bruno Vinicius Orcioli Luchtenberg, de 23 anos, que sobreviveu, apesar de baleado. As mortes ocorreram em frente ao campus da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Segundo Valdirene Inácio, mãe de Anderbal, pouco antes de morrer, o jovem mandou um vídeo para ela com os três dentro do veículo. Naquele dia, ele havia saído de casa dizendo que ia comprar um carro bambu (com documento irregular). Pouco tempo depois de receber o vídeo, um conhecido da família avisou que Anderbal tinha sido morto pela polícia.

Segundo o sobrevivente, eles viram uma viatura da PM atrás do carro quando pararam no semáforo dos Correios. Anderbal dirigia, Willian estava no banco de passageiro da frente e Bruno atrás. Estavam indo passear no Shopping Catuaí.

Como Anderbal havia sofrido uma surra de PMs dias antes e sofrido ameaça da morte, Bruno sugeriu que eles fossem até o estacionamento de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) porque sabia que naquele local os policiais não fariam nada de mal contra eles.

Anderbal não acreditava que a viatura estava em busca deles. E seguiu o caminho pela PR 445. Quando percebeu que os PMs continuaram atrás, o motorista reduziu a velocidade para dar passagem a eles. Mas os policiais emparelharam a viatura e começaram a atirar.

A versão da polícia é de que apenas reagiu porque os jovens teriam apontado armas para a viatura.

“Quando cheguei ao local, o corpo do meu filho estava jogado para fora do carro. O do Willian também. Eles mataram os meninos dentro do carro e jogaram os corpos para fora para simular que os meninos tinham saído do veículo e atirado na polícia”, diz a mãe.

“Enquanto eu chorava e gritava desesperada vendo o corpo do meu filho, os policiais ficavam rindo. Me chamavam de louca. Diziam que mãe de bandido era sempre assim, louca.”

A mãe conta que o funcionário do IML foi a única pessoa que a acolheu. “Me abraçou e pediu para eu ficar calma.”

SEGURANÇA PÚBLICA E
ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
POLÍCIA CIENTÍFICA INSTITUTO MÉDICO LEGAL DE LONDRINA
-- GRÁFICO MASCULINO

SMLE 306/2022
NOME: ANTONIO Campos Benedito Junior
DATA DO EXAME: 06/05/2022

1 - Frontal
2 - Ocular
3 - Maxilar
4 - Mandibular
5 - Maxilar
6 - Cervical anterior
7 - Cervical posterior
8 - Supraclavicular
9 - Infraclavicular
10 - Escapular
11 - Torácica
12 - Epigástrica
13 - Umbilical
14 - Hipogástrica
15 - Pélvica
16 - Coxal
17 - Femoral
18 - Tibial
19 - Calcâneo
20 - Plantar
21 - Dorsal
22 - Plantar
23 - Dorsal
24 - Plantar
25 - Dorsal
26 - Plantar
27 - Dorsal
28 - Plantar

1 - Pálpebra
2 - Ocular
3 - Maxilar
4 - Mandibular
5 - Supraclavicular
6 - Escapular
7 - Cervical
8 - Lateral
9 - Ilíaca
10 - Sacro-coccígea
11 - Sacro-coccígea
12 - Ocular
13 - Dorsal
14 - Pélvica
15 - Femoral
16 - Tibial
17 - Calcâneo
18 - Plantar
19 - Dorsal
20 - Plantar

X FOMENTAR COM
ESQUELETO CENTRAL
MAL DEFINIDAS.
@ PRÉCISÃO PROPRIO
EM LUGAR FALHA

15 - Pálpebra
16 - Ocular
17 - Pálpebra
18 - Pálpebra
19 - Pálpebra
20 - Pálpebra
21 - Dorsal
22 - Dorsal
23 - Dorsal
24 - Dorsal
25 - Dorsal
26 - Dorsal
27 - Dorsal
28 - Dorsal

1 - Pálpebra
2 - Ocular
3 - Maxilar
4 - Mandibular
5 - Supraclavicular
6 - Escapular
7 - Cervical
8 - Lateral
9 - Ilíaca
10 - Sacro-coccígea
11 - Sacro-coccígea
12 - Ocular
13 - Dorsal
14 - Pélvica
15 - Femoral
16 - Tibial
17 - Calcâneo
18 - Plantar
19 - Dorsal
20 - Plantar

WILLIAN JÚNIOR



Hayda Melo, mãe de Willian Jones Faramilio da Silva Junior, relata que a vítima do carro roubado onde estavam os jovens não os reconheceu como autores do crime.

Ela ressalta que, de acordo com informações do Serviço Reservado da PM, a P2, os jovens foram perseguidos durante o dia. Uma viatura da Choque foi até a casa de um amigo por onde eles passaram. E ficou na esquina esperando. “Houve tempo suficiente para ser feita uma abordagem de forma não letal”, acredita. Mas os policiais teriam esperado chegar a um local onde não havia qualquer câmera de monitoramento. “Houve sim um crime premeditado por parte da polícia. Meu filho foi executado de forma brutal pela Choque”, declara.

Apesar da versão contrária da PM, Hayda tem certeza de que os jovens estavam desarmados.

De acordo com a mãe, inicialmente, a família ficou “paralisada” diante da tragédia. “Passaram-se alguns dias e possíveis provas que poderíamos obter sobre a execução se perderam”, conta.

A família contratou um advogado e começou a pressionar a Polícia Civil para proceder as investigações e elucidar o caso. “Encontramos obstáculos para acompanhar prazos, processos de perícias, investigação de locais solicitados pela Promotoria”, recorda.

Ela ressalta que não há um interesse genuíno por parte dos advogados para acompanhar esse tipo de caso. Eles temem ser executados pela polícia e por isso cobram honorários muito altos. “Estamos lutando com apoio de outras famílias também vítimas de ações da Polícia afim de gerar mobilização e impactar as autoridades. Queremos punir os responsáveis pelas atrocidades frequentes que vêm acontecendo em Londrina”, declara.

O inquérito do caso ainda não foi concluído. “Há muito descaso das autoridades locais. Ficamos sem saber a quem recorrer”, alega.

De acordo com a mãe, a cobertura da imprensa em geral é sempre parcial nesses casos. Seguem links de algumas reportagens:

<https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2022/05/06/dois-suspeitos-sao-mortos-e-um-fica-ferido-em-confronto-com-a-policia-em-londrina-diz-pm.ghtml>

<https://24h.com.br/policia/dois-criminosos-morrem-em-confronto-com-a-policia-na-pr-445-em-londrina/>

<https://catve.com/2022/noticia/9/364379/dois-suspeitos-de-roubo-morrem-e-um-fica-gravemente-ferido-em-confronto-com-a-pm-em-londrina>

“Infelizmente, a imprensa toma como verdade as informações repassadas pela polícia, sem imparcialidade. Julgam, convertem opiniões, endossam com palavras pesadas as falas dos policiais”, afirma Hayda.

Ela ressalta, no entanto, que existem veículos na cidade que tem realizado trabalho sério na cobertura dos protestos realizados pelos familiares. “Existe uma imprensa imparcial que tem dado ouvido às famílias, que tem publicado a versão das famílias”, explica.

Hayda conta que Willian Júnior era um “menino especial”. Os pais nunca chegaram a se casar. Ele passou grande parte da infância e adolescência junto com a mãe na casa da avó materna. “Nos seus 18 anos de vida, sempre conviveu muito bem com os dois lados da família. Sempre passava férias e finais de semana com a família paterna, onde era o único neto e sobrinho.”

“Desde pequeno, sempre foi muito alegre e artilheiro, ele se destacava por ser bom em matemática e já falava de um futuro de muito sucesso. Fazia suas bagunças, mas nunca desrespeitou professores ou quem quer que seja”, lembra.

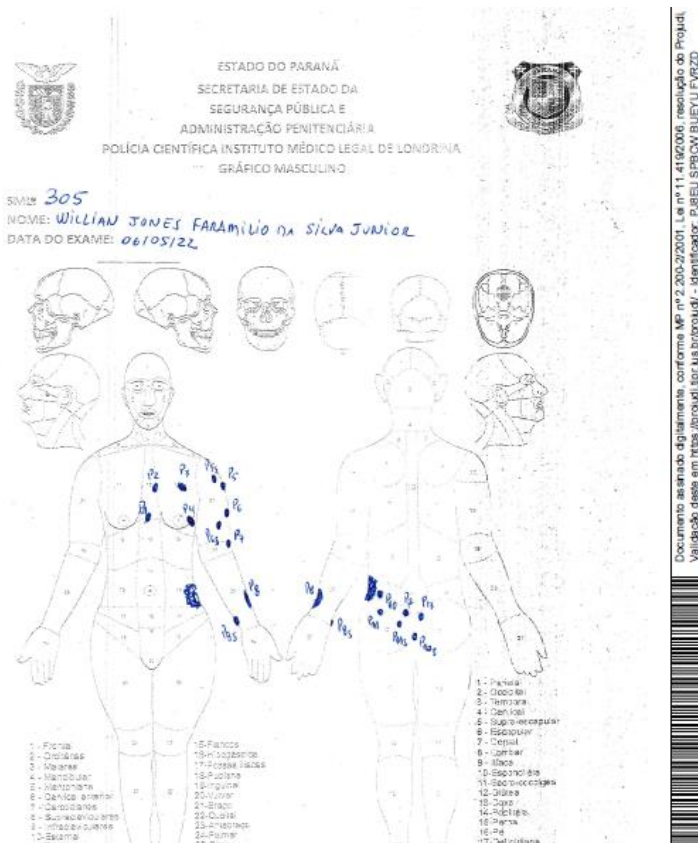
Willian Júnior participava da Igreja Protestante como a família materna.

Adorava estudar e houve um tempo que precisava pegar três ônibus para chegar à escola, mas nunca desistiu dos estudos.

A morte de Willian Júnior deixou um vazio para as duas famílias. “Perdemos tudo: o filho, o neto, o sobrinho, o amigo, o primo e cada papel que ele viveu nessa vida”, afirma Hayda.

“Willian Junior era mais do que um sobrinho: era como meu filho. Alegre e generoso, um menino doce que sempre tinha uma palavra de coragem, de fé, de amor e de força pra gente. Ao completar 18 anos, atualizamos seu currículo para buscar um emprego formal. Ele era experiente com vendas porta a porta, mesmo tão jovem. E sabia lidar com pessoas. Não tinha maldade, malícia, e demonstrava total consciência do caminho que precisava percorrer”, conta Andrea, tia por parte de pai.

“Júnior sempre foi um menino incrível, respeitador, educado com todos, não fazia acepção de pessoa alguma: rica ou pobre, morador de rua. Qualquer um ele tratava todos como seres humanos, com respeito, com amor e carinho. Por onde passava seu sorriso e educação encantavam qualquer um. Nossa vida perdeu o sentido sem a pessoa que nos colocava pra cima quando estávamos tristes”, ressalta Haydee, tia por parte de mãe.



Caso 04

Angelo Gabriel Colli, 25 anos

Data da morte: 20/01/2020



No dia 20 de janeiro de 2020, Angelo Gabriel Colli, de 25 anos, estava a caminho da casa da namorada quando teve seu veículo interceptado pela polícia no Jardim Leonor (zona oeste de Londrina). “Ele foi morto a tiros de fuzil. A polícia diz que houve um confronto, mas na realidade a gente sabe que não. A justificativa que eles deram é que avistaram um carro suspeito e que o veículo deu fuga e eles foram atrás, mas a gente sabe que não foi isso”, afirma Liliane Colli, irmã do jovem.

O pai de Angelo, José Valentin Colli, conta que o filho teve algumas passagens pela polícia, mas havia abandonado o crime. “Estava trabalhando. Mesmo assim os policiais começaram a rondar nossa casa”, conta.

No dia da morte do filho, ele viu a PM rondando a casa pelo menos três vezes. “Eu avisei que iriam matá-lo. Falei para não sair de casa. Mas ele foi dormir na casa da namorada.”

De acordo com o pai, a PM se escondeu num matagal e pegou o filho de surpresa. “Chegaram fuzilando.” Embora a polícia diga que reagiu a tiros, o pai tem convicção de que o jovem estava desarmado. “A investigação não deu em nada, o delegado não deu bola”, afirma.

Liliane diz que a família conseguiu ver imagens de uma câmera de segurança particular instalada em um ponto próximo do local da morte. Mas o dono do equipamento, com medo da polícia, não quis ceder as imagens. “Meu irmão estava desarmado e não teria como reagir a quatro policiais armados”.

A família fez de tudo para provar que houve execução. Mas o caso foi arquivado por “falta de provas”. “É muito revoltante. A gente sabe que não houve confronto, mas vai pedir ajuda para quem, onde? Dá uma sensação de impunidade, injustiça. Gera muita dor. Não é só a dor do luto. Minha mãe está com um monte de problema de saúde que veio da parte emocional. Meu pai e eu, também”, desabafa Liliane.

Nos últimos dois anos, ela conta ter ficado sem dormir, perdido emprego e se acidentado de moto. “É um genocídio da população periférica”, declara.

Veja abaixo a versão da PM em reportagem do Portal Bonde:

<https://www.bonde.com.br/bondenews/policia/homem-de-26-anos-morre-em-londrina-apos-confronto-com-o-choque-511099.html>

“Os policiais fazem o que querem. Não respeitam a família de ninguém. Simplesmente chegam e matam e depois falam que é confronto”, afirma José Valentim. Para ele, que há um grupo de extermínio em Londrina. “E os delegados não fazem nada porque têm medo deles.”

CASO 05

Bruno Domingos Costa Bispo Pereira, 25 anos

Data da morte: 30/05/2023



Camille Costa Bispo Pereira conta que seu irmão Bruno Domingos Costa Bispo Pereira foi morto pela polícia de Cambé dia 30 de maio deste ano enquanto dormia na cama dele. Tinha 25 anos. Mas a PM afirma que houve confronto e apresentou uma arma que estaria com Bruno. “Não era dele. Só porque o Bruno tinha passagem implantaram a arma. Que confronto é esse se ele estava dormindo e só um lado atirou com tiros certos, inclusive furando o colchão?”, questiona.

Bruno tinha uma lava-rápido. “Era um rapaz bom para todo mundo Sempre foi ótimo filho, ótimo irmão, ótimo neto Era sorridente, trabalhador.”

O jovem gostava de carro, moto e bicicleta. “Os meninos da vizinhança gostavam de andar com ele na moto para dar o famoso grau”, conta.

A irmã descobriu que havia um mandado contra Bruno. “A polícia parou a viatura na esquina, entrou na casa sem dar voz de prisão e disse que houve o confronto.”

No velório, os motociclistas preparam uma homenagem para o jovem. “Mas a PM soube, passou em frente do local metendo bala de borracha nos meninos.”

A irmã diz que a família carrega saudade e espera que a justiça seja feita. “A história dele foi silenciada antes mesmo de ele poder ter uma família, poder ter um filho.”

Ela diz que a casa conta com câmera de monitoramento, mas alega que DVR, equipamento que faz parte do sistema, foi derrubado pelos policiais. “Se foi um confronto, por que não mostrar o trabalho deles? Por que não mostrar o jeito que eles entraram na casa? Por quê?”

Para tocar a vida, a irmã se agarra na fé. “Eu acredito, de verdade, que a justiça de Deus não vai falhar. Que o Bruno não vai ser mais uma estatística. Eu não desejo nem mesmo para os autores do crime que aconteça isso na família deles. Mas espero que a justiça chegue para eles.”

BRUNO DOMINGOS COSTA BISPO PEREIRA.

II. DO LOCAL

O fato de que trata o presente laudo foi atendido no endereço mencionado no preâmbulo. Trata-se de um terreno de formato regular, sobre o qual está erigido um imóvel residencial, de um pavimento e de alvenaria. O local é vedado no limite com a via pública por muro de alvenaria e por portão de grades metálicas. Interessa ao presente exame este imóvel, mais especificamente o dormitório localizado no terço direito da residência, considerando-se a visão de um observador que entra no terreno pela região frontal (Figuras 1, 2 e 3). Vale ainda salientar que a porta de acesso à residência apresentava sinais de arrombamento.

III. DO CADÁVER

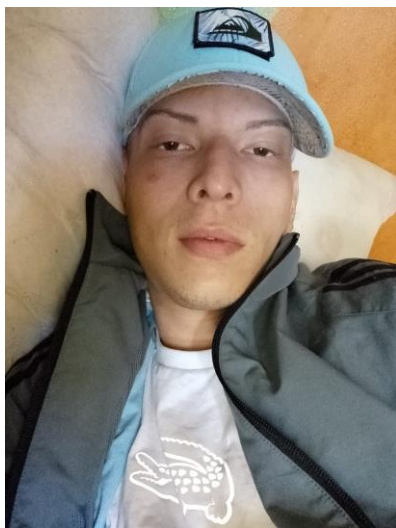
O cadáver da pessoa apontada no local como sendo **BRUNO DOMINGOS COSTA BISPO PEREIRA**, encontrava-se em decúbito ventral sobre a cama do dormitório localizado no terço direito da residência mencionada, com os membros inferiores estendidos e com os membros superiores fletidos. Tratava-se de pessoa do sexo masculino, com cabelos escuros descoloridos e olhos escuros, que trajava, por ocasião do exame uma cueca vermelha e que estava descalça (Figuras 4 e 5). Possuía diversas tatuagens. Ao seu exame superficial externo, constatou-se que o cadáver apresentava:

- a) Temperatura ambiente;
- b) Ausência de rigidez cadavérica;
- c) 3 (três) lesões perfuro-contusas, com características de terem sido produzidas por projétil de arma de fogo, sendo que 1 (uma) estava localizada na região lombar esquerda, 1 (uma) na região do esterno e 1 (uma) na região clavicular direita (Figuras 6 e 8);
- d) 1 (uma) lesão tangencial, com características de ter sido produzida por projétil de arma de fogo na região do antebraço direito (Figura 7);
- d) Extravasamento de sangue das lesões;

CASO 06

Victor Hugo Fernandes, 25 anos

Data da morte: 05/07/2023



A versão oficial é de que Victor Hugo Fernandes, de 25 anos, que estava foragido da Justiça, correu para dentro de uma casa, em Sertanópolis, ao perceber que seria abordado pela Polícia Militar. Os policiais o perseguiram e, dentro de um dos quartos do imóvel, o jovem teria sacado um revólver 38 e apontado para os agentes, que o mataram alegando legítima defesa.

Mas a família tem certeza de que a história real, ocorrida em 5 de julho de 2023, é bem diferente. Desde adolescente, ele seria perseguido por um policial militar da cidade. “Não estou dizendo que meu

irmão era um santo, nem inocente. Ele estava envolvido com coisas erradas desde novo”, conta uma irmã dele.

Há alguns anos, ao sair de uma audiência no Fórum de Sertãoópolis, o jovem teria sido levado pelo policial para a beira de um rio onde sofreu tortura. E depois, segundo a irmã, teve drogas plantadas em sua roupa, o que teria resultado numa prisão em flagrante.

De acordo com ela, vizinhos viram quando os policiais, inclusive aquele que perseguia o jovem, entraram na casa. E só ouviram tiros depois de 10 ou 15 minutos. A irmã alega que não havia marcas de bala no quarto, só uma poça de sangue no chão, o que faz a família acreditar em execução e não em confronto. Junto com Fernandes, foram apreendidos um revólver 38, drogas, dinheiro e uma balança.

“Meu irmão foi reconhecer o corpo. Tinha pelo menos uns quatro tiros, um no olho, outro na testa, um no pescoço e um no abdome”, conta.

Também havia marcas de ferimento por arma branca no corpo do jovem e a família acredita que houve tortura antes da execução.

Como ele estava muito desfigurado, o velório foi feito com o caixão fechado. Os familiares contrataram advogado para contestar a versão da polícia.

Questionada se algum vizinho da casa onde ocorreu a morte vai servir de testemunha, a irmã tem dúvida: “Não sei. Todo mundo tem muito medo desse policial.”

Resta a saudade: “Ele deixou quatro irmãos, um filho, uma esposa, uma mãe, um pai. Era o caçula, o mais medroso de todos, tinha medo de barata, tinha medo do escuro. Eu ainda lembro que quando ele soltava a pipa e o pessoal cortava a pipa dele, eu que ia buscar. A molecada ficava brava”, recorda.

Victor Hugo amava andar na garupa da moto do Leandro, o irmão do meio. “Amava comer suspiro com morango e leite condensado, lanche, pizza de calabresa. Ele era um dos únicos dos irmãos que sabia expressar os sentimentos. Volte meio, ele olhava pra gente, abraçava e dizia que amava. Ainda lembro do último abraço dele, dele me acordando pra dizer que me amava.”

Para a família, ainda é difícil acreditar no que aconteceu: “A gente ainda espera o portão de casa abrir, encostar, ver a porta correr e ele entrando de volta, mas infelizmente tudo isso aconteceu. Agora a gente busca por justiça.”

CASO 07

Samuel Vitor Marcos Leal, 16 anos

Data da morte: 19/01/2023



“Você acha que alguém vai enfrentar a Rotam com um revólver 32?” A pergunta é da Silvana Aparecida Marcos Leal, mãe de Samuel Vitor Marcos Leal, jovem morto pela polícia dia 19 de janeiro de 2023, quando tinha apenas 16 anos. Como nos demais casos, a PM diz que ele reagiu armado a uma abordagem e que por isso foi preciso matá-lo.

“Amigos do meu filho encontraram com ele pouco antes da morte. E contaram que ele não estava armado. Os meninos disseram que abriram a porta do carro e convidaram o Samuel para ir embora com eles, mas o Samuel disse que tinha de fazer uma entrega ainda”, conta a mãe.

O filho era usuário e também vendia drogas.

Mas, para Silvana, nada justifica a morte do jovem, mesmo que ele tivesse armado e corrido dos policiais. “Por que não deram um tiro na perna, no braço? Por que tinham de matar?”

No corpo de Samuel, havia oito perfurações.

Silvana afirma que, só após a morte do filho, soube que ele estava sendo ameaçado. “Samuel mandou mensagens para amigos contando dessas ameaças”, alega.

Dias antes, uma amiga do jovem teria pedido para que ele mudasse de vida. “Se der tempo, se não me matarem, eu vou mudar”, teria dito o amigo.

Minutos antes de morrer, Samuel mandou mensagem por aplicativo para essa amiga, dizendo que estava “foragido”. “Pelo amor de Deus, Samuel, vai embora desse lugar”, disse a amiga. “Não dá mano. É a Rotam”. “Se pá, vou preso.”

Essas foram as últimas palavras ditas por ele.

“Estou muito mal. Não tinha necessidade disso. Atrás de um jovem tem sempre uma mãe sofrendo. Será que ninguém vê isso?”, questiona Silvana. Samuel era seu único filho.

A mãe se sente bastante perdida e solitária. “Eu só tinha ele de filho. Era eu e ele. Meus parentes, que eram da parte do meu pai, moram em Curitiba. Os parentes da parte da minha mãe são de Sorocaba.”

Em depressão, ela tenta buscar justiça. Mas não é fácil. “Fui atrás de advogado, mas ele pede muito caro. Minha situação está meio difícil agora.”

Silvana também duvida que alguém possa testemunhar a favor do filho. “Ninguém quer falar como medo de represália da polícia.”

No ano passado, Samuel foi acompanhado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) de Cambé pelo psicólogo Rodrigo Prado Evangelista. É o segundo dos adolescentes que o profissional atendeu a morrer nas mãos da polícia. “A última vez que o vi foi no dia 4 de outubro, quando realizei uma visita domiciliar junto com o assistente social que trabalha comigo”, lembra.

Ele afirma que Samuel era “mais participativo” quando atendido junto com outros adolescentes. “Nessas ocasiões, se demonstrava bastante comunicativo. Gostava de música, de funk. Tanto eu como a equipe buscávamos encontrar formas para ele ampliar mais os horizontes e perspectivas de vida.”

Segundo o psicólogo, 65% dos adolescentes referenciados no Creas relatam ter sofrido violência policial ao menos uma vez na vida. “Mas a imprensa só dá voz à Polícia.

Caso 08

Fábio Bratek, 32 anos

Data da morte: 15/03/2022



Fábio Bratek, de 32 anos, foi morto pela Polícia Militar no Jardim Paulista (zona norte), em Londrina, dia 15 de março de 2022. Segundo a mulher Ana Caroline Mariz, 27 anos, a polícia foi ao bairro, onde ela morava com o marido e os dois filhos (4 e 6 anos), em busca do irmão de Fábio, o Sérgio Bratek, que estava foragido. E acabou perseguindo e matando a pessoa errada.

Ana Caroline conta que, naquele dia, o marido havia saído para trabalhar logo cedo. Voltou pouco depois das 15 horas e saiu novamente para comprar pão. Por volta das 16 horas, ela recebeu uma ligação da cunhada dizendo que havia acontecido uma morte na vizinhança. Ana Caroline foi ao local, que já estava interditado pela Polícia. De longe, não conseguiu ver o rosto do marido, mas reconheceu seu tênis.

A mulher conta que deu a volta na quadra e se posicionou em outro ponto, onde conseguiu ver o rosto de Fábio Bratek. Perguntou ao policial o nome da pessoa morta. Ele respondeu: Sérgio. “Eu mostrei a foto do meu marido e perguntei se era ele que estava morto.” O policial confirmou. Então Ana Caroline disse ao PM: “Vocês mataram a pessoa errada. Esse é Fábio, meu marido, irmão do Sérgio.”

Na hora, a mulher diz ter percebido um constrangimento geral entre os policiais. “Fizeram uma barreira entre eles para eu não conseguir mais ver o corpo.”

Fábio foi morto com cinco tiros, dois de fuzil, todos na cabeça.

Ana Caroline alega que o marido estava com documento e crachá da empresa na qual trabalhava. “A polícia não fez abordagem. Se tivesse feito teria visto que era a pessoa errada.”

Exame feito pelo Instituto Médico Local (IML) não apontou a presença de pólvora na mão de Fábio. Para a mulher, a arma encontrada junto ao corpo foi plantada pela polícia. E nela foi identificada a digital de um dos policiais que mataram o jovem

Fábio Bratek cumpriu pena por tráfico. Saiu da cadeia em 2016 e, segundo a mulher, nunca mais se envolveu com o crime. Quando foi morto, estava empregado, com carteira assinada.

Segundo Ana Caroline, a investigação do caso “está bem lenta”. “O juiz deixou os advogados apenas acompanharem o inquérito, sem o direito de fazerem requisições.”

Segundo reportagem da TV Tarobá, a PM realizava patrulhamento de rotina e, durante uma abordagem, Fábio (e não Sérgio) teria sacado uma pistola e efetuado um disparo contra os policiais. “Ele sacou a arma e efetuou um disparo e tentou mais um, só que policiais efetuaram disparos que o atingiram. Apesar da tentativa de socorro, ele morreu no local”, disse à TV Tarobá o tenente-coronel Nelson Villa, comandante do 5º Batalhão de Polícia Militar (BMP), em Londrina.

“A PM então reagiu e o atingiu com quatro balas na cabeça”, diz a reportagem.

A TV afirma que Fábio era um homem “perigoso” e que cometia crimes havia oito anos. Além disso, teria várias passagens pela Polícia. E reapresentou reportagem de 2014, quando o jovem foi preso por tráfico.

Nem polícia nem a imprensa citam qualquer crime praticado por ele após aquele ano. A reportagem não ouviu a família.

<https://tarobanews.com/noticias/cidade/morto-em-confronto-cometia-crimes-ha-oito-anos-Vdr4r.html>

<https://tarobanews.com/noticias/policial/homem-morto-em-confronto-no-jardim-paulista-e-identificado-baJkN.html>

Caso 09

Jorge Alceu Bueno Mariano, 27 anos

Data da morte: 19/02/2019



Tristeza, raiva e sensação de impotência. É assim que se sente a professora londrinense Lúcia Solange Bueno, desde que foi arquivado o inquérito aberto para investigar a morte do filho, Jorge Alceu Bueno Mariano, aos 27 anos, baleado por policiais do Choque da Polícia Militar, dia 19 de fevereiro de 2018, em Londrina (PR). Foram oito tiros. “Não poder fazer nada: é isso que me deixa mais doente”, afirma.

A PM diz que Jorge, envolvido com contrabando, morreu em confronto após disparar contra policiais. Mas a professora tem certeza que as armas foram plantadas na cena do crime e que o filho foi executado.

Ela conta que o jovem estava transportando cigarros contrabandeados. E, depois de fazer uma entrega em Ibiporã (PR), foi perseguido pela polícia e teve de fugir porque estava com R\$ 50 mil do padrão. Jorge se escondeu numa casa, mas os policiais levaram o carro dele.

O advogado do jovem tentou resgatar o carro que estava na delegacia e uma pessoa da Polícia Civil pediu R\$ 30 mil (propina) para liberar o veículo, segundo a professora.

“Meu filho contou para um amigo sobre o pedido de propina exigido pela polícia. Logo depois, esse amigo foi preso e, no celular dele, a polícia ouviu a mensagem trocada com Jorge, que continha o nome da pessoa que cobrava o dinheiro”, explica.

Após isso, de acordo com ela, o filho começou a ser perseguido. “Num dia, foram com helicóptero e tudo na casa do meu filho para prendê-lo (Jorge também era investigado por um assalto na empresa Souza Cruz). Naquele dia, ele filho estava viajando. A pessoa encostou a arma na cabeça da minha nora e disse para ela que iria até o fim do mundo atrás do Jorge. O policial reclamou para minha nora que Jorge estava sujando o nome dele (do policial que fazia a chantagem)”, recorda.

A mãe diz que o filho se desesperou e buscou levantar dinheiro para pagar a polícia. “Até insisti com ele que iria vender meu carro para ajudá-lo a pagar essa pessoa, pois não aguentava mais ver o sofrimento”, conta.

Mas não deu tempo. No dia 19 de fevereiro, houve o assalto na companhia GOL em Londrina, quando foram levados computadores da empresa. “O Jorge participou desse assalto. Estava dirigindo o carro com a mercadoria roubada”, explica a mãe.

Ele atuou com outros três jovens.

A mercadoria foi levada para um barracão no centro da cidade. Segundo a professora, no inquérito, os policiais relatam que chegaram em frente a esse barracão, um dos jovens, ao ver a viatura, entrou correndo para dentro do imóvel. Os PMs afirmam ter entrado em seguida no local, onde teria havido um confronto. Na reportagem da RICTV (<https://youtu.be/rZ3Rm-pX9Hg>), a Polícia dá sua versão.

A professora, no entanto, diz que é mentira. “Eles renderam dois dos meninos que chegaram de carro. Dá pra ver bem isso no vídeo. Depois entraram com os dois rendidos e surpreenderam meu filho e o outro que estavam lá dentro”, afirma.

A execução, de acordo com a mãe, aconteceu na sequência. “A choque, na verdade, queria pegar os dois que chegaram por último pois eles estavam envolvidos em vários outros assaltos e também com o tráfico de drogas. E estavam jurados de morte pelos próprios policiais do Choque.”

Jorge Alceu e outro jovem, segundo a mãe, teriam sido mortos para não restar testemunhas.

“As armas que os policiais disseram que encontraram lá, com certeza, foram plantadas no local do crime para justificar o dito confronto”, afirma.

O inquérito sobre as mortes foi arquivado por falta de provas. “A polícia sempre altera o local do crime para eliminar qualquer prova contra eles. E plantam armas para justificar a versão de legítima defesa”, diz a professora.

A mãe procurou o delegado do Gaeco para pedir investigações. Ela foi até a sede do órgão acompanhada de outros familiares de pessoas mortas pela polícia e do representante do Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH), Carlos Enrique Santana. “O delegado ouviu o relato de cada um que estava lá. Ele falou que iriam investigar. Mas nunca investigaram”, explica.

“Meu filho sempre foi muito amado por mim e pelo pai. Sempre teve muitos amigos. Ele estudou na mesma escola que eu dava aula até a quarta série. Depois que saiu da rede municipal foi para a estadual, começou a usar maconha e nós ficamos preocupados. Colocamos ele em outra escola e não adiantou. Mas ele fumava a maconha dele tranquilo, não era um dependente”, lembra a professora.

O pai morreu de repente e Jorge ficou revoltado. “Ficou triste demais. Depois de um tempo, desempregado, passou a fazer transporte de relógios que um policial civil comprava no Paraguai (contrabando). Levava para os chineses em São Paulo. Eu falava para o meu filho para ele parar porque ele ia acabar sendo preso”, recorda.

A vida tem sido muito difícil para a professora. “Estamos tocando nossa o barco, um vazio, um sentimento de impunidade muito grandes. Perdi minha alegria de viver, minha saúde. O que me conforta é minha neta”, conta. Quando Jorge morreu, a mãe dela estava grávida de quatro meses.

Conforme se vê na reportagem da TV, os policiais alegam que foram recebidos pelos jovens a mão armada. E por isso para evitar que fossem baleados os PMS atiraram primeiro.

Caso 10

Valber Messias da Silva, 26 anos

Data da morte: 1/11/2019



“A morte do meu filho foi o cumprimento de uma ameaça que os policiais sempre faziam a ele.” A declaração é de Sônia Messias da Silva sobre a morte do filho Valber Messias da Silva, de 26 anos, ocorrida dia 1º de novembro de 2019, em uma favela do lado do Conjunto Luiz de Sá (zona norte), em Londrina.

“Meu filho tinha passagem, mas havia saído da prisão há dois anos e estava trabalhando em uma empresa de uns parentes nossos. Ele ainda não havia sido registrado, mas ia ser”, conta.

Desde que saiu da prisão, de acordo com ela, o filho foi perseguido pela polícia. Se o vissem andando na rua, era sempre parado por policiais da 4ª Companhia da Polícia Militar (responsável pelo policiamento na zona norte da cidade) que o ameaçavam, dizendo que iriam pegá-lo. “Eu dizia que ia dar queixa contra os policiais, mas o Valber não deixava.”

De acordo com a mãe, o jovem tinha saído dar ração para cavalos que ele criava no local. Havia ocorrido um assalto a uma farmácia na Avenida Saul Elkind (principal via da região norte) e o assaltante também morava no local.

“Os policiais entraram (na comunidade) já atirando, procurando o assaltante. E chegaram atirando. Tinha muita criança na rua. Colocaram a vida de muita gente em risco”, conta. Todo mundo saiu correndo.

Valber levou seis tiros pelas costas. “Meu filho, quando foi atingido, parou de correr, mas os policiais deram mais tiros.”

De acordo com Sonia, uma pessoa viu a polícia torturando o filho dela antes de morrer. “Ficaram pisando na cara dele e quando o Siate chegou não deixaram que ele fosse atendido”, alega. A mãe diz que o filho foi enterrado com marcas que seriam de botas dos PMs.

A pessoa que viu a cena teve medo de testemunhar no caso.

No dia da morte, Sônia alega que um conhecido tenente da cidade apareceu com uma arma na mão alegando que Valber a teria usado para atirar contra os policiais. “Mas é mentira porque o Valber não estava armado”, declara.

Para a mãe, existe uma “milícia” em Londrina. “As autoridades sabem, mas se fazem de cegas até que aconteça o mesmo com as famílias delas. Andar na cidade à noite está muito perigoso porque a polícia te enche de bala, coloca uma arma junto do seu corpo e diz que foi confronto”, ressalta.

Valber deixou um filho, hoje com 6 anos.

A mãe explica que a família busca a Justiça da Terra e a Justiça de Deus. “Peço para Deus mostrar a verdade porque a verdade nunca fica escondida. Deus é fiel. Enquanto eu viver, vou buscar a Justiça. Hoje sou uma morta-viva.”

Segundo a Rádio Paiquerê, quando chegou ao local em busca do assaltante, os policiais foram recebidos por Valber apontando uma arma para eles. Nesse momento teria começado o confronto que resultou na morte.

A rádio não ouviu a versão da família e nem dos moradores.

<https://www.paiquere.com.br/homens-trocam-tiros-com-a-pm-na-zona-norte-um-morre/>

Caso 11

Washington Ricardo de Souza, 29 anos

Data da morte: 21/06/2019

Washington Ricardo de Souza, 29 anos, foi morto pela PM por volta das 20 horas do dia 21 de junho de 2019, em Londrina. A mulher dele, Jessica Cristina Prestes Carvalho, não tem dúvida de que ele

foi executado. “Foi parado numa abordagem, saiu com as mãos para cima, mas dispararam 14 tiros nele, sendo que sete o acertaram. Morreu na hora”, conta.

A versão da Polícia, segundo ela, é que Washington Souza estava armado e ameaçou atirar contra a PM. “Os policiais plantaram a arma”, denuncia Jessica.

Ela diz ter procurado pessoas que moram perto do local onde o companheiro foi morto. “Me disseram que a polícia mandou todo mundo entrar para suas casas. E quando essas pessoas saíram, Washington já estava morto”, alega.

O marido tinha passagem por estelionato e havia deixado a Casa de Custódia seis meses antes. “Ele sempre falava que estava sendo perseguido. No dia da morte, fui com ele num posto de gasolina perto do Milton Gavetti (zona norte). Fomos abastecer. Percebi que tinha um homem olhando para ele. E ele me confirmou que era um policial que estava com arma na cintura. Washington me deixou em casa. Depois, quando eu liguei para ele, não me atendeu.”

Jéssica compartilhava com o marido um aplicativo pelo qual conseguia rastreá-lo justamente porque ele sentia-se perseguido. “Peguei um Uber e fui atrás da localização. Quando cheguei no local, já tinha reportagem, Siate, Samu... E o IML estava chegando.”

A companheira explica que, depois de três meses, conseguiu reaver o celular de Washington, que estava na delegacia. E que nele havia mensagens trocadas pelo marido com um colega. Segundo essas mensagens, Washington havia sido barrado pelos policiais no dia da morte e nos dias anteriores. “Diziam para ele desaparecer.”

Caso 12

Gabriel Rodrigo Arantes, 20 anos

Data da morte: 16/11/2020



Adriana Arantes é uma das integrantes mais participativas do Movimento Justiça por Almas – Mães de Luto em Luta, de Londrina. Ela perdeu o filho, Gabriel Rodrigo Arantes, que foi morto pela polícia dia 16 de novembro de 2020, com apenas 20 anos de idade.

A versão oficial, como em todos os casos de mortes em decorrência de ações policiais, é de que Gabriel reagiu a uma abordagem e os policiais tiveram de atirar contra ele para se defender.

A mãe, no entanto, acha que o filho foi executado. Isso porque, desde que ele saiu do sistema prisional, onde cumpriu pena por tráfico, vinha recebendo ameaças constantes de um grupo de policiais. Segundo Adriana, para mantê-lo vivo, os PMs queriam que Gabriel entregasse a eles uma arma de fogo, exigência que não foi atendida.

Esse tipo de conduta por parte de policiais de Londrina já é investigado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do Paraná. Policiais do 30º Batalhão da Polícia Militar (BPM) são suspeitos de concussão – crime praticado por funcionário público para obter vantagens para si ou outra pessoa. O 30º BPM é responsável pelo policiamento da zona norte, onde mora Adriana. Os policiais são acusados de exigir de um traficante, além de arma, R\$ 10 mil.

Quatro PMs foram presos na operação Rebote do Gaeco, no dia 5 do mês passado.

Veja no link.

<https://mppr.mp.br/Noticia/Gaeco-cumpre-ordens-de-busca-e-apreensao-e-prisao-contra-PMs-suspeitos-de-envolvimento-com>

Segundo o Gaeco, em dezembro do ano passado, por meio de mandados de busca e apreensão, foram encontradas na sede da Rotam do 30º BPM várias armas e munições sem procedência ou origem e drogas diversas.

Armas sem numeração são plantadas por PMs corruptos para incriminar pessoas e forjar confrontos. Inclusive há casos em que essas armas são colocadas junto a corpos de pessoas mortas pelos policiais, como se vê em vídeo publicado pelo G1.

Adriana Arantes acredita que esse também tenha sido o caso do filho dela. No dia da morte de Gabriel, a PM diz que encontrou junto a ele uma pistola da marca Glock calibre 9mm com 15 munições intactas e apenas uma deflagrada. Drogas também teriam sido achadas no compartimento de carga da Honda Biz que o jovem pilotava.

“Tudo isso foi plantado. A quantidade de drogas que disseram que encontram nem cabia na Biz”, diz a mãe. Ela garante que o filho havia abandonado o crime, estava trabalhando vendendo frango junto com a dona da motocicleta e não tinha dinheiro para comprar a arma.

“Meu filho estava tentando mudar de vida. A polícia colocou ele como se fosse uma espécie de atirador de elite e grande traficante. Mas ele não tinha dinheiro nem para comprar um chinelo.”

AS AMEAÇAS

Quinze dias antes da morte, Adriana e a família se mudaram da casa própria no Jardim Primavera, nos Cinco Conjuntos, e alugaram um apartamento no Coliseu (também na zona norte) para, segundo ela, tentar fugir das ameaças dos PMs.

Os policiais viviam rondando a casa e jogavam luz alta da viatura dentro da residência. “A gente vivia com medo.”

A família também recebeu um recado de forma cruel. “Pegaram um nóia e bateram muito nele. Depois mandaram essa pessoa nos avisar que era para a gente começar a se preparar para o velório do Gabriel. Era para a gente comprar camiseta branca para estampar o rosto do meu filho”, conta.

O inquilino da casa de Adriana também passou por maus momentos. “Acordaram ele com revólver na cara perguntando por Gabriel”, alega.

O DIA DA MORTE

Adriana lembra bem do último dia de vida do filho. “Ele tinha saído para ir a lotérica pagar um boleto com a Biz da sócia dele. Depois ia devolver a Biz e pegar um uber para voltar para o apartamento. Era uma segunda-feira.”

O que a mãe sabe sobre os últimos momentos de Gabriel ela ouviu de pessoas que teriam presenciado as cenas, mas não têm coragem de testemunhar.

Depois que saiu da lotérica, Gabriel deu se deparou com uma viatura da Choque no Conjunto Maria Cecília. “O policial pegou meu filho pelo braço e levou para uma construção. Ele gritava. Dizia para os policiais que estava desarmado”, conta.

Adriana soube que o filho havia sido baleado por meio de uma ligação. “Uma amiga me avisou. Naquela hora, eu corri, peguei um uber e fui para o local. Minha irmã, que mora perto, já tinha ido. Mas eu não pude ver meu filho porque fizeram isolamento de uma quadra”, recorda

Adriana não esquece do clima de comemoração que havia entre os policiais. “Estavam totalmente loucos, parecia que tinham ganhando um prêmio.”

DESTINO EM COMUM

Muitos jovens amigos de Gabriel, segundo Adriana, também foram mortos pelo mesmo grupo de policiais. Ela conhece um especificamente, que foi criado no bairro. “Todos que morreram estavam jurados de morte.”

Adriana não sabe como estão as investigações do caso. “Passei por muita coisa, eu tenho de lidar praticamente sozinha com tudo isso porque meu ex-marido (pai do Gabriel) e minha mãe não dão conta nem de falar sobre o assunto.”

Agora é que ela está colocando a vida no eixo. E vai procurar um advogado. “Quero ter uma resposta sobre a morte do meu filho. Quero processar o Estado porque foi o Estado que o executou.”

Caso 13

José Maria Aranda Neto, 25 anos

Data da morte: 21/02/2022



Na tarde do dia 21 de fevereiro do ano passado, um vizinho da secretária Ana Karolina Scarpelini, 25 anos, a avisou que tinha visto um carro parecido com o do irmão dela sendo abordado pela PM numa rotatória da Avenida Winston Churchill, na zona norte, em Londrina. Ela ligou para o irmão e, como ele não atendeu, resolveu ir até o local.

O vizinho não teve coragem de contar, mas ele já sabia que tinha acontecido algo grave. José Maria Aranda Neto, 25 anos, foi morto pelos policiais.

A versão da PM é que o jovem, que estava de carro, se envolveu numa briga de trânsito na Rua Bahia, no centro da cidade, e apontou uma arma de fogo para um motociclista. Depois, teria saído em alta velocidade, sendo perseguido por uma viatura. A polícia alega que, já na Avenida Winston Churchill, ele também apontou a arma para os PMs que, para se defenderem, desferiram nada menos que 15 tiros contra José Maria.

Ana Karolina não acredita em nada disso por questões de lógica e por comentários feitos por pessoas que presenciaram a abordagem. “A pessoa com quem ele teria brigado nunca foi apresentada para comprovar essa versão”, conta. Além disso, a avenida tem fiscalização eletrônica. “Se meu irmão tivesse correndo da polícia certamente uma multa teria chegado na casa dele”, acredita.

A Polícia diz que José Maria tinha um mandado em aberto por receptação, mas a irmã nega. Ela admite que o jovem teve passagem por envolvimento com drogas. Mas não foi processado porque teria sido considerado usuário.

“Teve gente que viu meu irmão pedindo pelo amor de Deus para não atirarem nele, mas uma viatura que chegou pela lateral desferiu três tiros e outra que chegou pela frente deu os outros tiros”, afirma.

Um dos tiros atingiu a mão de José Maria e, segundo a irmã, isso prova que ele tentou se defender com a mão. “Não poderia estar segurando uma arma então.”

CENA DE MORTE

A secretária conta, que ao chegar ao local onde o irmão foi morto, identificou o carro de longe. “Os policiais fizeram um isolamento muito grande.” A cunhada dela (mulher de José Maria) e o sobrinho de apenas oito meses também foram para lá. “Não deixaram a gente chegar perto. Eu sabia que era meu irmão, mas fiquei perguntando para os policiais o nome da pessoa. Disseram coisas do tipo: ‘É um fugitivo da polícia’. ‘É esse mesmo que vocês estão pensando’”, recorda.

Ana Karolina chegou antes da ambulância. “Muita gente me contou que viu a cena e que a história não era nada do que a polícia falou, mas essas pessoas têm medo de testemunhar”, alega.

Momentos antes de ser morto, o irmão havia publicado uma foto no Instagram fazendo uma corrida no Lago Igapó. Segundo a secretária, ele corria no lago todo dia naquele horário. E a Rua Bahia não era o caminho que o irmão fazia para a casa.

Ana Karolina integra o Movimento Justiça por Almas – Mães de Luto em Luta e quer saber o que de fato ocorreu com o irmão. A cunhada, segundo ela, não quer mexer no caso para poupar o bebê. “Só ela que pode mover uma ação contra o Estado. Mas ela não quer expor o filho”, conta.

“Meu irmão era uma pessoa que cuidava de todo mundo na família. Ele estava desempregado e ajudando a mulher a cuidar do bebê”, afirma.

No próprio Boletim de Ocorrência, está escrito que José Maria não fez nenhum disparo, o que corrobora o uso desproporcional da força pela PM.

Caso 14

Davi Gregório Ferraz dos Santos

Data da morte: 15/06/2022



“Anjinho de 15 anos enfrenta a Choque e vai debutar em outro lugar”. A frase dita por um apresentador de TV de Londrina chocou a família do adolescente Davi Gregório Ferraz dos Santos, morto pela Polícia Militar dia 15 de junho de 2022, em Londrina.

Marilene Ferraz da Silva Santos, mãe de Davi, não consegue tirar a declaração desumana do programa policiaisco da cabeça. “Dói demais além de perder o filho, ver ele ser tratado como bandido pela mídia. Isso agravou o Estado de saúde do seu avô paterno e a saúde mental de toda a família! O Davi era um menino excelente”, conta.

Desde criança, ele participou ativamente das atividades da Igreja Católica e foi coroinha até poucos meses antes de ser assassinado. “Foi toda vida um excelente aluno e estava se preparando para um estágio remunerado como menor aprendiz”, lembra Marilene.

De acordo com ela, Davi conseguiu uma bolsa de estudos na Universidade Unopar devido às suas boas notas e comportamento na escola. Até o último sábado de sua vida, frequentou o curso Técnico de Laboratório, Técnico em Farmácia naquela instituição. Também fazia o 1º Ano do Ensino Médio, escalado para a sala exclusiva de Curso Técnico Profissionalizante em Informática devido às melhores notas do 5º ao 9º ano.

A EXECUÇÃO

A versão da PM sobre a morte do menino é a seguinte: A Tropa da Choque havia saído para averiguar uma casa, onde possivelmente estaria ocorrendo tráfico de drogas. Estariam procurando um possível traficante.

Não se sabe exatamente por que o adolescente estava no local. Uma das hipóteses admitida pela mãe é de que ele teria ido comprar maconha, já que pouco tempo antes Davi havia contado à ela que estava fumando eventualmente cannabis.

Outra possibilidade, conforme afirma Marilene, é que ele tenha ido a pé da zona norte, onde a família mora, em direção ao centro para comprar um carregador de celular junto com um amigo. Existe uma barraca de cachorro-quente em frente à suposta boca de fumo e o dono disse à mãe de Davi que os dois pararam ali e Davi comprou um salgado.

“A Choque chegou e três policiais desceram da viatura apontando as armas. Os meninos se assustaram e correram, pela versão da polícia " o portão estava entreaberto, um correu para os fundos do quintal e teve acesso à rua detrás.

Davi não teve a mesma sorte. Foi morto por nada menos de 15 tiros.

No Boletim de Ocorrência, os PMs se contradizem. Um afirma que abordaram Davi na entrada da casa e outro que o encontraram agachado dentro do imóvel.

A polícia diz que o menino reagiu apontando uma arma. Mas 4 dos 15 tiros foram dados pelas costas do adolescente. " Quem se assusta com os tiros e corre não confronta", afirma a mãe. Os outros 11 disparos atingiram várias partes de seu o corpo. Houve lesões nas regiões torácica, lombar, e no antebraço direito, inclusive tiros de metralhadora.

Também consta do laudo do IML fraturas expostas nas interfalangeanas do 3º e 4º dedos da mão direita. Inicialmente, o documento não explicava a razão desses ferimentos. A família precisou da intervenção de um médico, e de um advogado (através de ajuda financeira familiar), para fazer com que o Ministério Público solicitasse um novo laudo.

Além das fraturas não explicadas, o IML só havia retirado cinco projéteis do corpo do menino. Somente com um novo laudo, a família descobriu que foram feitos disparos de três armas de fogo diferentes.

A segunda versão do documento também acrescentou que os dedos do menino foram decepados por projétil de arma de fogo. O laudo da polícia científica no local revela: " mão em posição de legítima defesa". O fato caracteriza que ele teria levado a mão ao peito ou para cima.

A mãe ressalta que Davi era destro e, se estava se defendendo com a mão direita, não poderia segurar o revólver calibre 38 que os policiais disseram que estava com ele. Em nenhuma das diversas fotos da Polícia Científica, aparece a arma.

Exame de balística apontou que nenhum tiro saiu do revólver que a família tem certeza que foi “plantado” pelos policiais para forjar um confronto que não aconteceu. No laudo, também não é citada a arma.

Segundo a mãe, a polícia não “plantou” somente o revólver. Na sala da casa em cima do sofá e no chão havia drogas “cirurgicamente colocadas” sem nenhuma gota de sangue, que os PMS disseram que estava com Davi. Mas ela tem certeza que o filho saiu de casa apenas com a roupa do corpo, sem a mochila escolar, porque estudava de manhã, não tinha capacidade pra carregar tudo aquilo, não era traficante. Tinha apenas um celular que Marilene havia dado para ele 15 dias antes. “O celular desapareceu no momento da execução. As roupas do meu filho foram incineradas, e nada nos foi entregue.”

“Meu filho não tinha arma, nunca foi envolvido com o crime, não tinha nenhuma passagem pela polícia, se imaginasse o que aconteceria, jamais teria ido por aquela avenida. Ele não saiu de casa pra fazer o mal, e nem saiu para morrer.”

De acordo com Marilene, Davi foi morto às 17h55 e somente às 19 horas a ambulância foi chamada, tempo suficiente para a alteração da cena do crime que ela tem certeza que foi feita. “Acreditamos que o corpo foi removido do lugar, pois a sobrinha da dona da casa fez um vídeo da limpeza do imóvel no dia seguinte e nos enviou. As imagens mostram sangue arrastado”, conta.

A jovem também contou que foi encontrada uma grande quantidade de sangue atrás dos sofás. A hipótese mais plausível na visão da mãe é que o menino tenha tentado se esconder agachado nesse canto, entre os dois móveis.

Entre os moradores da casa, havia crianças. Os brinquedos que deveriam estar espalhados pela sala (inclusive alguns pequenos estavam) aparecem nas fotos amontoados no canto atrás dos sofás, para esconder da polícia científica o sangue e o local exato. “Foram jogados tão grosseiramente que ficou do chão até a altura do encosto do sofá. Isso aparece nas fotos.”

Outros disparos feitos “a esmo” pelas paredes da casa também compõem um cenário de evidências de adulteração do local do crime.

CÂMERAS

Na casa vizinha, havia câmeras que teriam condições de registrar toda a ação da PM, mas o delegado não solicitou as imagens que elucidariam a “abordagem”. Marilene diz que ela e o advogado ouviram a vizinha dizer que a Polícia exigiu as imagens, logo após o crime. Inicialmente, ela teria negado, dizendo que só entregaria à família da vítima. Mas os policiais ameaçaram armar um flagrante contra ela e as filhas, exigindo que ela “apagasse as imagens”, palavras da vizinha.

O delegado em questão, na visão da mãe, só se preocupou com a defesa dos PMs. E não foi solicitada nenhuma diligência mais aprofundada para tentar ouvir os inquilinos da casa. Tampouco foi solicitado o depoimento de vizinhos. Pouco depois da morte de Davi, a família inquilina se mudou do imóvel.

A Polícia alega que ouviu o dono da casinha de cachorro-quente na delegacia. “Mas conversamos com ele que disse ter sido ouvido no próprio local do trabalho, sem a presença de advogado e com a recomendação de que tomasse cuidado com o que iria falar.”

O caso foi dado por encerrado em Londrina, mas a família está recorrendo em Curitiba.

“Meu filho era nosso orgulho: estudioso, inteligente, obediente, disciplinado, alegre, tímido, educado, meigo, fez Curso de Inglês e treinava e casa com filmes legendados. Era um bom menino, incapaz de fazer mal a alguém, conhecedor do bem, bom amigo, muito estimado por todos, sempre educado e disposto a servir. Honesto, respeitoso e carinhoso, conversava com a família e amigos. Sempre acompanhou a família onde quer que fôssemos, cuidou do avô materno acamado nas noites de sábado, de meados de 2017 a maio de 2021, quando o avô faleceu”, conta a mãe.

Marilene cobra uma resposta do Estado para o que ocorreu com seu filho. “Ele tinha muito ainda a viver, a aprender, e não teve essa oportunidade. Foi impedido, brutalmente, foi retirado do meio familiar e da sociedade. Queremos que o Estado nos responda o porquê.”

“Somos pessoas de bem, acostumadas a viver do suor de nosso trabalho desde muito cedo, a pagar os nossos impostos, a não enganar ninguém, a fazer o bem ao próximo, com alegria e simplicidade.”

CASO 15

Wandernilson Ricci, 42 anos

Data da morte: 21/09/22



A família da jovem Ketlyn karoline dos Santos Ricci, de 24 anos, ficou totalmente desestruturada após a morte do pai, Wandernilson Ricci, numa abordagem da PM, dia 21 de setembro de 2022. Ele tinha 42 anos.

A polícia diz que Wandernilson recolhia pagamentos do tráfico de drogas na zona norte de Londrina e teria fugido com seu carro ao perceber a chega de viaturas. Segundo a PM, numa certa altura da perseguição, ele saiu do veículo e passou a trocar tiros com os agentes, que tiveram de matá-lo.

No dia da morte, Ketlyn foi até o local para ter certeza de que era seu pai. “Eu queria chegar perto para ver se era ele é a polícia me xingou. Não deixavam eu me aproximar, me chamaram de vagabunda e apontaram armas para mim”, relata.

Depois que a polícia foi embora e o corpo do pai foi removido, a jovem andou pelo local. “Havia pedaços de cérebro do meu pai no chão de tanto que eles bateram nele”, conta.

Ketlyn não admite o envolvimento do pai com o tráfico. “Atualmente, ele estava vendendo cigarro no calçadão.” E já havia sido ameaçado pela polícia. “Um certo dia, indo embora, a polícia abordou ele. Foram bem agressivos e prometeram que a hora dele ia chegar”, declara.

Não foi a única vez, segundo ela. “Um certo dia perseguiram meu pai até a casa dele e assim que ele parou o carro, a polícia parou atrás e começou a bater nele, rasgou a blusa dele. Meu irmão mais novo saiu para fora correndo e chorando. Assim, a polícia parou e foi embora.”

Dias depois, ele foi morto. Na versão dela, a polícia fez eu pai descer do carro numa rua vazia e batei nele antes de executá-lo.

“Meu pai cresceu em um bom lar. Era batizado e frequentava a Igreja Metodista. Sempre trabalhou. Ele e minha mãe nunca me deixaram faltar nada. Meu pai sempre me incentivou a estudar e fazer cursos. Desde muito cedo, me levava para a escola todos os dias e pra os cursos também.”

Da mesma forma, segundo ela, o pai tratava os dois irmãos. “Ele nos amava muito, sempre expressou os sentimentos dele por nós, dava tantos abraços e beijos que chegava a nos sufocar.”

Com a morte de Wandernilson, a jovem perdeu a vontade de viver. “Foi quando que vi a capacidade da maldade de um ser humano. Ali eu perdi todas as esperanças de que um dia as coisas iriam melhorar no mundo.”

Ketlyn afirma ter crises de ansiedade. A mãe está com depressão e desenvolveu fibromialgia. “Meu irmão de 22 anos chora todos os dias e o meu irmão de 8 anos foi encaminhado para atendimento com psicólogo no Caps Infantil.”

CASO 16

Higor Souza Rodrigues

Data da morte: 27/07/2018



Depois de um período conturbando, em que chegou a ficar preso, Higor Souza Rodrigues resolveu mudar de vida, segundo a mãe Thiara Ferraz Martins. Mas teve a vida interrompida ainda aos 18 anos. Foi morto pela PM em Londrina dia 27 de julho de 2018.

“Na infância, o Higor sempre foi muito tranquilo. Começou a dar um pouco de trabalho aos 15 anos devido a amizades erradas e por não ter muito recursos no bairro onde moro”, diz a mãe. “Foi um período muito difícil, mas nunca deixei de o aconselhar e de incentivar ele a parar de andar com aquelas amizades”, complementa.

Segundo Thiara, apesar dos problemas fora de casa, era amável com a família e os irmãos ainda sofrem pela ausência dele. “Meu filho foi preso e quando saiu da cadeia decidiu não fazer mais nada de errado. Começou a frequentar a igreja com a gente e evitou as velhas amizades.”

A PM diz que o jovem estava de carro com um amigo menor de idade e que, ao ser abordado, fugiu em alta velocidade e atirou contra a viatura. O outro rapaz teria saído do veículo e se entregado.

A mãe não acredita nessa versão. “Naquele dia, ele saiu para dar uma volta, queria encontrar umas meninas. Levei ela até o portão perto das 22h30 e pedi para voltar logo. Ele disse que não ia demorar e pediu para eu ficar com Deus.”

Por volta da meia-noite, vizinhos chamaram Thiara para dizer que havia acontecido um confronto com a PM no qual Higor estaria envolvido. “Fui ao local desesperada com meu marido e, ao chegar lá, fomos surpreendidos por um policial da Choque que nos ameaçou. Com arma em punho, disse que não era para a gente chegar perto.”

Thiara afirmou ao PM que poderia ser o corpo do filho dela. “Ele confirmou. Mandou eu sair do local e ir atrás dos trâmites.”

A mãe tem certeza de que não havia arma nenhuma com Higor. “Foi muito doloroso ver o IML chegar para pegar o corpo do meu filho.”

Ela recebeu informações de que ele parou para a abordagem e não reagiu. “Mesmo assim executaram ele com dez tiros, na face, mãos, abdômen, quadril, coxa”, relata.

Cinco anos depois, a dor ainda é muito grande. “Ficar sem ele é terrível. É uma luta constante para reaprender a viver e se adaptar com sua ausência. Nada trará ele de volta, mas anseio por justiça.

Independentemente do que tenha feito no passado, nada justifica tirar uma vida da forma em que ele foi tirado de mim. É muito difícil lidar com a saudade que aumenta cada dia mais.”

DISCUSSÃO

Múltiplos ferimentos por projéteis de arma de fogo. Recuperados projéteis em face lateral direita do tórax e do braço direito. Acompanhado trajeto do projétil entrando em ombro esquerdo e indo pela porção superior do tórax dentro do pescoço em direção à base do crânio não sendo possível recuperação do projétil. Exploração da face lateral da coxa esquerda cranialmente em direção ao flanco encontrando alguns fragmentos metálicos (do projétil), porém não foi possível localizar o artefato todo. A impossibilidade de utilização de equipamento de RX dificulta a localização dos projéteis de arma de fogo. A vítima sofreu várias perfurações por projéteis de arma de fogo, porém apenas um foi o responsável pelo óbito: entrada no bordo costal esquerdo alojando-se no subcutâneo na região lateral esquerda do tórax.

CONCLUSÃO

Diante dos dados colhidos durante o exame de necropsia e dos resultados dos exames complementares, conclui o legista que a morte de HIGOR SOUZA RODRIGUES foi produzida por CHOQUE HEMORRÁGICO devido a LESÃO PERFURO-CONTUNDENTE CARDÍACA devido a FERIMENTO POR PROJÉTEL DE ARMA DE FOGO.

Mayara Costa dos Santos
RG 12.910.718-0
Médica

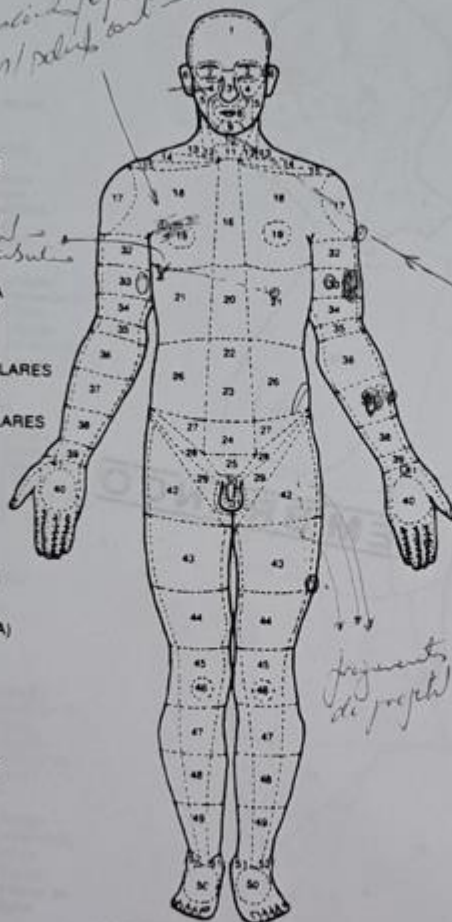
RESPOSTAS AOS QUESITOS

LAUDO Nº 469 / 158

ESQUEMA Nº 02105

REGIÕES

- 1 FRONTAL
- 2 ORBITÁRIAS
- 3 NASAL
- 4 MALARES
- 5 MASSETERINAS
- 6 AURICULARES
- 7 BUCINADORAS
- 8 LABIAL *proj. subul*
- 9 MENTONIANA
- 10 SUPRA-HIOIDÉIA
- 11 INFRA-HIOIDÉIA
- 12 CAROTIDIANAS
- 13 SUPRACLAVICULARES
- 14 CLAVICULARES
- 15 INFRACLAVICULARES
- 16 ESTERNAL
- 17 DELTOIDIANAS
- 18 TORÁCICAS
- 19 MAMÁRIAS
- 20 EPIGÁSTRICA
- 21 HIPOCÔNDRIOS
- 22 ABDOMINAL (MESOGÁSTRICA)
- 23 UMBILICAL
- 24 HIPOGÁSTRICA
- 25 PUBIANA
- 26 FLANCOS
- 27 FOSSAS ILÍACAS
- 28 INGUINAIS
- 29 CRURAIS
- 30 PENIANA



- 31 ESCROTAL
- 32 TERÇOS SUPERIORES DOS BRAÇOS
- 33 TERÇOS MÉDIOS DOS BRAÇOS
- 34 TERÇOS INFERIORES DOS BRAÇOS
- 35 DOBRAS ANTERIORES DOS COTOVELO
- 36 TERÇOS SUPERIORES DOS ANTEBRAÇOS
- 37 TERÇOS MÉDIOS DOS ANTEBRAÇOS
- 38 TERÇOS INFERIORES DOS ANTEBRAÇOS
- 39 PUNHOS
- 40 CÔNCAVOS DAS MÃOS
- 41 FACES PALMARES DAS MÃOS
- 42 TERÇOS SUPERIORES DAS COXAS
- 43 TERÇOS MÉDIOS DAS COXAS
- 44 TERÇOS INFERIORES DAS COXAS
- 45 ANTERIORES DOS JOELHOS
- 46 ROTULIANAS
- 47 TERÇOS SUPERIORES DAS PERNAS
- 48 TERÇOS MÉDIOS DAS PERNAS
- 49 TERÇOS INFERIORES DAS PERNAS
- 50 DORSAIS DOS PÉS
- 51 MALEOLARES INTERNAS
- 52 MALEOLARES EXTERNAS

Mayra Porto dos Santos
RG: 12.717.260
IML LONDRINA

Confere com o original

Londrina 30/08/15

Data: 28/07/15 Médico Legista: [assinatura]

CASO 17

Jadson José de Oliveira, 17 anos

Data da morte: 10/08/2016



Entre as milhares de mortes decorrentes da ação policial em todo o Brasil, o caso do menino Jadson José de Oliveira teve um desfecho raríssimo. O PM Marco Aurélio Onishi, que o matou dia 10 de agosto de 2016, foi condenado. Em julgamento realizado exatos sete anos após o crime (nos últimos dias 9 e 10 de agosto), ele pegou 12 anos e 6 meses de prisão em regime fechado.

Jadson foi morto aos 17 anos de idade na cidade de Sarandi, região metropolitana de Maringá.

Julgado pelo crime de ocultação do corpo do adolescente, o PM Jonatan Vinícius Goulart foi absolvido.

Ambos já haviam sido expulsos da corporação. Embora Onishi nunca tenha admitido a autoria do crime, Goulart que estava junto com ele, confessou à polícia. A arma usada para matar o menino foi encontrada dias após a execução na casa de Onishi.

Edna Aparecida da Silva Pedro, mãe de Jadson, comemorou o resultado do julgamento, mas lembrou que a justiça precisa se estender a outras famílias. Logo após o fim do júri, ela foi até o mural montado em frente ao Fórum de Sarandi pelo Movimento Justiça por Almas - Mães de Luto em Luta e apontou um por um os retratos dos jovens assassinados pela polícia em Londrina e região (ver foto).

Sthefany Oliveira, irmã de Jadson, diz que a sentença é um alívio e chega no momento que a morte do irmão completa 7 anos. “O que a gente esperava era a condenação do assassino, agora nós podemos usar a palavra certa: ‘assassino’. A dor não vai passar, mas esse resultado é um alívio.”

O CRIME

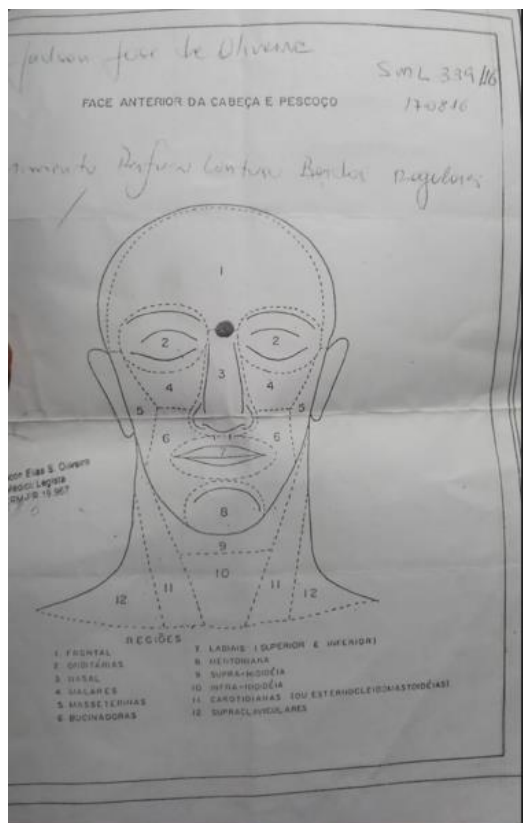
No dia 10 de agosto de 2016, Jadson e dois outros amigos adolescentes foram abordados na área urbana de Sarandi pela dupla de policiais. Os outros dois foram liberados e só Jadson levado para a zona rural onde foi executado. O corpo foi jogado na mata.

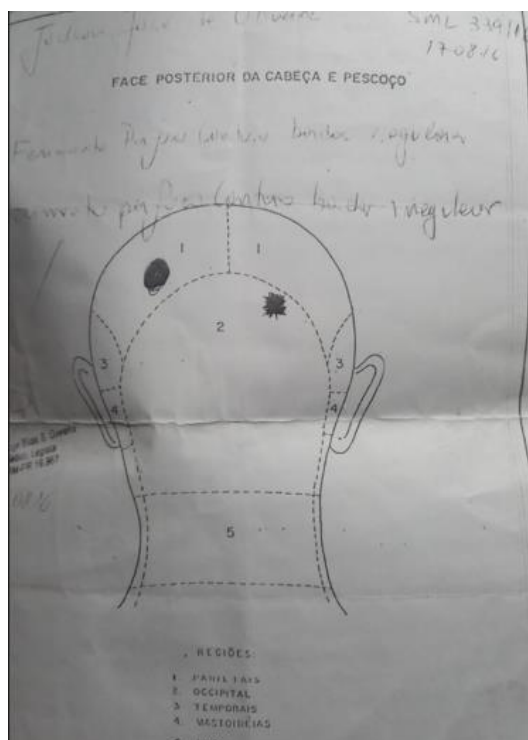
Uma semana depois, um motociclista passou perto do local, sentiu um cheiro forte e descobriu o cadáver. A família havia passado os últimos dias à procura do jovem. A mãe chegou a convocar a imprensa porque achou que as autoridades não estavam tomando providências para encontrar seu filho.

Dias depois do enterro de Jadson, a Polícia Civil encontrou a arma do crime escondida na casa de Onishi. Goulart admitiu ter participado da abordagem aos garotos e contou que esteve no local do crime. E garantiu que só o colega teria executado o adolescente.

“Foram dois longos dias de julgamento. Estamos cansados, mas com sensação de dever cumprido e de que a justiça foi realizada. A promotoria pediu a condenação do réu Onishi pelos crimes de homicídio, ocultação de cadáver e posse ilegal de arma de fogo. Ao mesmo tempo, pediu a absolvição do réu Goulart”, disse o promotor do caso, Wilson Masseli, ao final do julgamento.

Questionado sobre a motivação do crime, o representante do Ministério Público diz que não foi possível chegar a uma resposta. “Levantamos algumas hipóteses. A tese com mais razoabilidade é que o solado Onishi teve um comportamento higienista. É como se ele quisesse fazer uma faxina social. Na cabeça dele, a vítima era envolvida com a marginalidade e não merecia viver. A morte do jovem representaria um problema a menos para a polícia e a sociedade.”





CASO 18

Gabriel Sartori, 17 anos

Data da morte: 15/06/2017



ZAo contrário do caso Jadson, o júri popular absolveu, dia 21 de fevereiro de 2022, o PM Bruno Carnelos Zangirolami, responsável pela morte do menino Gabriel Sartori, de apenas 17 anos, ocorrida em 15 de junho de 2017, em Londrina.

Zangirolami respondia por homicídio com dolo eventual, quando a pessoa assume o risco de cometer o crime. Os jurados reconheceram a materialidade e a autoria, porém decidiram que ele agiu em “legítima defesa”.

O dia da morte do menino era feriado. Gabriel estava com dois amigos próximo ao muro do Colégio Estadual Maria José Balzanelo Aguilera, no Conjunto Cafezal, do qual o PM era caseiro.

Nos depoimentos, os dois amigos relataram que o policial, de folga, saiu da escola com seu cachorro, avistou o grupo e teria dito a frase: “Isso é para vocês não fumarem essa merda na frente da minha casa”. E atirou na sequência. O disparo foi feito em direção ao chão, mas a bala ricocheteou e atingiu Gabriel.

Os amigos de Gabriel alegam que nem haviam acendido os baseados.

Na versão de Zangirolami, ele teria dado voz de abordagem antes de puxar o gatilho. E só atirou por “medo” de ser agredido pelos garotos. Isso mesmo: um policial armado, acompanhado de um cão da raça dobermann, teria medo de três adolescentes.

Durante o julgamento, a defesa exibiu várias vezes uma foto do policial tentando reanimar Gabriel com massagem cardíaca e respiração boca a boca, enfatizando a não intencionalidade do crime. Ele teria, segundo os defensores, dado um tiro preventivo para proteger sua moradia e sua família.

O resultado do júri revoltou familiares e amigos de Gabriel que estavam em vigília por justiça na porta do fórum. Viaturas da Choque foram acionadas para manter a segurança no local.

Cristiane Sartori, mãe de Gabriel, deu entrevista aos prantos e se declarou decepcionada com a justiça. “Estou arrasada e decepcionada. Não consigo entender essa justiça. Tantos anos de luta, era tão claro esse assassinato e o cara sair de bonzinho, de defesa? Nem sei muito o que falar...”.

Durante o julgamento, o Ministério Público pediu a desclassificação do crime de homicídio com dolo eventual para homicídio culposo, quando não há intenção de matar. A defesa pedia a absolvição por legítima defesa ou, alternativamente, concordava com a tese de homicídio culposo.

A mãe já recorreu da decisão do júri de Londrina. E espera uma resposta do Tribunal de Justiça.

Ela conta que o Judiciário condenou o Estado a indenizá-la. E entende que esse fato reforça a defesa de que Gabriel foi assassinado.

CASO 19

Carlos Henrique Silva de Souza, 33 anos

Data da morte: 22/02/2023



“Eu queria agradecer os policiais que juraram meu filho de morte desde 2014. Eu queria agradecer os senhores por terem um treinamento excelente. Arrebentaram o peito do meu filho e falaram que foi confronto. Isso é bacana para caramba. Vocês têm um treinamento excelente, continuem assim.”

O depoimento de Altair Aparecido de Souza sobre a morte do filho alterna revolta e ironia. Ele participou do debate “Letalidade Policial: um retrato da violência no Paraná”, realizado pela Rede Lume e a Rádio UEL FM, no campus da universidade, dia 15 de março.

O filho Carlos Henrique Silva de Souza foi morto pela polícia em Cambé no dia 22 de fevereiro, aos 33 anos. “Tem tanta gente inocente morrendo aí por causa de vocês. Não é toda a polícia. É uma pequena parte da Rotam e do Choque que faz isso. Câmeras em vocês para vocês se defenderem e a gente também”, cobrou.

Segundo o pai, Carlos tinha mandado de prisão em aberto. “Eu sei muito bem o quanto vocês ameaçaram. Vocês falaram na minha cara que iam matar meus três filhos. Já mataram um, ainda tem mais dois. Eu não esqueci disso.”

Ele conta que, dia 24 de junho de 2022, a PM abordou seu filho e o ameaçou. “Meu neto de 4 anos que deveria acreditar na polícia chegou em casa chorando: ‘Vô, a polícia vai matar meu pai’. Hoje, tenho mais medo da polícia que de bandido.”

Mesmo depois de matarem Carlos, os policiais seguiram perseguindo a família. “As ameaças continuam. Segunda-feira, vocês passaram atormentando minha nora. Vocês já mataram meu filho. Para que ficar atormentando?”

Segundo o pai, Carlos ficou preso de 2014 a 2018 e passou para o regime semiaberto. “Não podia ter mais nenhuma passagem para seguir no semiaberto.” Uma juíza de Cambé o condenou por manter cinco passarinhos trinca-ferro em sua residência. “Tinha uns passarinhos lá em casa a juíza carcou dois anos e dois meses para poder fechar a cadeia dele.”

Altair procurou o Ministério Público para denunciar que ele estava sofrendo ameaças. E também a Polícia Civil. “Ninguém aceitava minhas denúncias. Em 23 de setembro do ano passado, eu fui na Corregedoria. Fui muito bem atendido, mas disseram que tem de ser eles (os ameaçados) para denunciar, não pode ser o pai. Mas na hora de enterrar, sou eu que tenho de enterrar. Dei os nomes aos bois, mas foi arquivado lá.”

No dia 21 de fevereiro, Carlos foi abordado duas vezes. “Tinham mandado de prisão para prendê-lo, mas não prendiam. Só ameaçavam. Em dezembro tinha sido feita uma abordagem na frente de casa. Eu tenho todas as filmagens. Não prenderam.”

No dia da morte, o filho também passou por uma primeira abordagem, segundo o pai, na qual os PMs colocaram GPS no carro dele para poder saber para onde ele se deslocaria. “Ele tinha os problemas dele, vendia os produtos dele, mas nunca mandou matar ninguém.”

O jovem foi seguido pelos policiais. “Ele perdeu o controle do carro num quebra-molas. A polícia parou, afastou as pessoas que estavam passando. Meu filho estava com as mãos na cabeça (segundo testemunha). Ele pediu para não matá-lo porque tinha duas filhas para criar. Os policiais o chamaram de desgraçado e disseram: ‘Chegou sua hora, você vai morrer agora’. Aí meteram um monte de tiro no peito dele.”

A versão da polícia é de que Carlos desceu do carro atirando. “Meu filho não tinha armas. Tenho testemunha que viu colocarem a arma a uns cinco metros do corpo. O policial afastou e gritou: ‘Aqui está a arma’. Que confronto é esse?”

O pai foi até o local da morte do filho e disse aos PMs que já os havia denunciado à Corregedoria. E foi alvo de ironias. “Tinha uns oito ou dez, olharam na minha cara e riram. Falaram para eu ir lá (Corregedoria) de novo e ficar chorando.”

Para o irmão, Carlos era um herói. “Ele sempre estava cuidando de nós de tudo quanto é forma. Quando ele morreu, a gente foi ter a real noção do tamanho dele, do que ele fazia pelas pessoas, mas não em troca de nada. Veio muita gente falando que ele que fazia a compra, ele que pagava aluguel. Então, tipo assim, ele ajudava muitas famílias mesmo, mas ele fazia sempre no off.”

CASO 20

Maicon Douglas Gomes Corrêa

Data da morte: 04/11/2022



Ana Paula Moura Tarelho conta que seu marido, Maicon Douglas Gomes Corrêa, bateu ponto de saída do trabalho às 16h20 e foi executado às 16h45 pela polícia em Cambé. Isso foi no dia 4 de novembro de 2022.

Ele tinha 28 anos de idade e trabalhava na mesma empresa desde 2013. “Saiu do trabalho e passou na fábrica de um amigo nosso, onde eu já trabalhei como costureira.”

Ana Paula acredita que a PM devia estar investigando funcionários dessa fábrica. E que o marido tenha passado lá para comprar maconha, da qual era usuário. “Ele tinha esse vício mas nunca traficou.”

A versão da polícia é de que Maicon e outro homem que também foi morto reagiram armados a uma abordagem. “Meu marido nem tinha amizade com esses meninos da fábrica. Não fizeram exame de pólvora na mão do Maicon. Se tivessem feito daria negativo porque ele nunca pegou numa arma.”

De acordo com ela, o marido estava apenas com a bolsa onde carregava a marmita e coisas do trabalho. “Nós ficamos sabendo que o Maicon falou para a polícia que que não era bandido, tentou argumentar. Mas eles estavam lá mesmo era para matar. Não era para abordar e nem prender ninguém.”

A mulher diz que o corpo do marido foi arrastado para dentro do barracão e que não consegue comprovar esse fato porque a polícia demorou para requisitar as imagens das câmeras de segurança. Quando tomou essa providência, as imagens já tinham sido apagadas.

No dia seguinte à execução seria aniversário de 7 anos da filha do casal. “Estava esperando ele chegar e uma amiga minha mandou mensagem dizendo que tinha acontecido um confronto perto da nossa vila. Já fiquei nervosa porque ele já deveria ter passado na creche para pegar nossa filha e chegado em casa.”

Ela conta que acessou o Facebook e reconheceu a moto do marido na ocorrência policial. “Mas não tinha como ser o Maicon. Ele nunca mexeu com nada de errado. Todo mundo defendeu ele, inclusive os patrões.” Ela custou a acreditar.

Hoje, Ana Paula tenta sustentar duas crianças com a pensão do marido. “Ainda não conseguimos pagar nem as despesas funerárias. Maicon tinha seguro de vida da firma, mas como alegaram que era confronto, não pudemos receber.”

Ela conta que tem passado dificuldades. Está com conta de água atrasada entre outras dívidas. “Eles acabaram com a nossa vida, com a nossa família. Maicon trabalhou a vida inteira. Não tinha passagem pela polícia.”

Caso 21

Francisco Luciano Dias, 29 anos

Data da morte: 30/05/2022



A polícia diz que o chefe de cozinha Francisco Luciano Dias, 29 anos, estava participando de um churrasco de uma facção criminosa, no qual haveria um “tribunal do crime”. E foi morto pelos PMs que chegaram à chácara onde ocorria o evento. Os policiais alegam que foram recebidos a tiros.

Patrícia, a irmã de Francisco, conta que não se sabe ao certo o que aconteceu. Mas tem certeza de que o irmão nunca esteve envolvido com a criminalidade. “Um sobrevivente disse para terceiros que o Francisco estava cortando o primeiro pedaço de carne quando a polícia chegou e atirou em todo mundo. Sumiram com todos os pertences do meu irmão, celular, carteira, dinheiro, não nos entregaram nada.”

Para ela, a versão de que haveria um “tribunal do crime” no local não se sustenta. “Até os familiares das supostas vítimas foram assassinados pela polícia.”

A irmã reclama do sensacionalismo que viu no noticiário sobre o caso. “As mídias locais foram sensacionalistas, comemoraram, falaram que eram menos cinco. Desonraram a imagem de todos os mortos.”

A família trabalhava com marmitaria e lanchonete E, aos domingos, fazia frango assado para vender. “Tiramos somente a segunda-feira de folga. E nesse dia (uma segunda-feira), ele levantou, foi buscar meu irmão na aula de reforço da escola às 11h30 e voltou pra casa com nosso almoço (da esposa, filhos, meu irmão e dele).”

Na sequência, segundo Patrícia, foi ao banheiro, sentou no sofá, e de repente levantou dizendo que já voltava. “Como ele nunca saía, e quando saía era em família, achamos que ele poderia estar indo comprar cigarro, ou até mesmo descer para fumar.”

A irmã estava dando almoço para as crianças. “Acabei nem questionando. Até porque às 13h20 teria que levar o meu irmão para escola novamente, no horário da aula normal. Às 13:43 mandei mensagem e ele disse que tinha perdido o horário, mas que eu poderia ir levar meu irmão na escola de uber, que ele tinha deixado dinheiro.”

Patrícia passou um tempo envolvida com as crianças e o técnico de internet e quando mais tarde mandou nova mensagem para Francisco, ele não respondeu. “Tentei ligar e só dava caixa postal. O desespero bateu, ansiedade. O tempo foi passando e nada dele retornar para casa, até que recebi pela minha cunhada a notícia que nos pegou totalmente de surpresa e assim deu início ao pesadelo.”

A irmã sente muita falta do chef. “Ele fazia tudo pra ver o outro bem, sempre. Sempre pensava no outro e por último nele. Sabe aquela pessoa que tira de si, pra dar pro outro?! Ele! Um pai carinhoso, amoroso, respeitoso. Um pai presente. Sabe aquele pai que muitos não tiveram, mas que sempre sonharam em ser? Ele! Um marido companheiro, amigo além de tudo, parceiro, dedicado, aquele que nunca deixou faltar nada em casa. Inclusive amor. O amor que estava nos detalhes.”

A família contratou advogado. “Através dele tivemos acesso ao inquérito policial, mas as investigações nem existem, o delegado fica mais preocupado em provar que as pessoas eram criminosas ao invés de investigar o que realmente aconteceu.” Francisco deixou dois bebês. Quando ele morreu, um tinha 3 anos e outro 11 meses. “O mais velho fala do pai todos os dias, não esquece. A dor de vê-lo chorar pedindo o papai, e perguntar o por que dele não ter voltado mais é insuportável. O mais novo infelizmente não teve a oportunidade de guardar na memória os momentos que teve com o pai”, conta a mulher da vítima.

Sem o chef, a família tem dificuldades para gerar renda. “Dependemos da ajuda de amigos e parentes.” Segundo as duas mulheres, eles sofrem ameaças e têm medo de dar detalhes do caso.

Caso 22

Lucas Elias da Silva, 26 anos

Data da morte: 14/04/2021



Evânia Aparecida da Silva, mãe de Lucas Elias da Silva, faz o relato sobre seu filho: “Em casa comigo e com a família era um filho bom, com os irmãos muito amoroso, meus vizinhos gostavam dele, fazia amizades com todo mundo. Só que entrou nesse mundo terrível”, alega.

Lucas teve passagem pela polícia por assalto, ficou três anos e nove meses preso. Depois, “saiu de portaria” e ficou dois meses na rua, tendo sido morto pela polícia dia 14 de abril de 2021.

A mãe conta que ele recebia ameaças da Rotam e estava procurando um lugar para o filho ficar. No dia da morte, ela viu a viatura passar bem devagar, perto da casa dela. “Então eu liguei para ele, pedindo para não vir para casa, porque eles já sabiam onde ele estava. Lucas falou que só iria para tomar banho e iria procurar um outro lugar”

Ele chegou em casa por volta das 19h30 e contou que a Rotam já o havia abordado. “Eu fiquei desesperada porque ele estava com mandado de prisão e estranhei que não levaram ele preso. Por volta das 20h30 ele saiu de casa e falou que voltava logo. Quando foi umas 22 horas mais ou menos a gente escutou os tiros. Ele estava chegando em casa. Quem viu o suposto confronto falou que o Lucas saiu do carro com a mão para cima.” Mas essas testemunhas não querem depor porque têm medo. “Elas disseram que os policiais conversaram com o Lucas e depois atiraram.”

A versão dos policiais é que eles deram voz de abordagem, que o Lucas estava com uma pistola e reagiu. “Ele não estava armado: o perito lá na hora falou que não tinha arma com o Lucas.”

Mesmo depois da morte do jovem, a família continua com medo. “Tanto que minha família não permitiu que eu entrasse com processo, porque eu tenho outro filho de 17 anos e a polícia passa sempre aqui em frente de casa. Tememos pela vida dele.”

Algumas notas divulgadas pela imprensa sobre o caso:

<https://temlondrina.com.br/policial/jovem-morre-em-confronto-com-a-pm-na-zona-norte-de-londrina/>

<https://massanews.com/noticia/noticias/policial/homem-com-dois-mandados-por-roubo-morre-em-confronto/>

<https://www.bonde.com.br/bondenews/policia/roubo-contr-ex-policial-acaba-em-tiroteio-271082.html>

Caso 23

Lucas de Oliveira Francisco, 25 anos

Data da morte: 26/10/2022

Lucas de Oliveira Francisco, 25 anos, foi morto pelo Batalhão de Choque dia 26 de outubro de 2022. Sua mulher, Fabrícia, havia conversado com ele por telefone às 19 horas. Nesse conato, Lucas disse que estava com um cliente. Depois, ela veio inclusive com acusações de estupro.

A polícia alega que houve um confronto na PR-445 em uma curva logo após o posto Filhão. A mulher recebeu a notícia da morte às 23 horas por meio do cunhado. Um dos policiais que participaram da abordagem disse à cunhada dela que Lucas “estava no lugar errado, na hora errada”.

“Era muito gente boa. Para todas as pessoas era muito educado. Sempre ajudou as pessoas de idade. Sempre foi prestativo. Ele sempre cuidou da nossa filha muito bem. Ela tinha muito amor na nossa filha. Ele falava de Deus o tempo e dava conselho o tempo todo. Era uma pessoa generosa demais. Não sabia falar não pra ninguém. Era um coração tão bom. Era a pessoa de ajudar a pessoa que faz mal pra ele. Ele me amava de verdade”, conta.

Fabricia quer saber o que aconteceu de verdade. “Quero justiça, quero saber o que fizeram com ele”. Ela não concorda com a versão que circula nos órgãos de imprensa. “Não foi confronto. Lucas não tinha envolvimento com práticas consideradas ilícitas e não tinha posse de arma de fogo.”

Ele trabalhou como pedreiro e em uma concessionária.

“No laudo do IML consta que houve um tiro no peito, outro na perna. Os testículos explodiram. Estava com um ralado enorme no lado direito e o osso do braço estava para o lado de fora. Teve hemorragia e morreu na hora.”

Detalhe que chama atenção é que não há marca de bala no carro.

Fabrícia recebe R\$ 600 de Bolsa Família e faz faxinas, além de cuidar de crianças no próprio local onde mora como forma de buscar melhorar a situação financeira. A principal fonte de renda da família era oriunda do trabalho desenvolvido por Lucas.

Caso 24

Maicon Macedo dos Santos, 25 anos

Data da morte: 19/08/2020



Damaris Macedo afirma que presenciou seu filho Maicon Macedo dos Santos, 25 anos, ser executado pela polícia militar dia 19 de agosto de 2020, em Ibiporã. Ela viu toda a cena do filho sendo baleado com uma arma apontada para a cabeça dela.

O jovem estava preso e teve de ser levado para o hospital devido a um derrame pleural. Segundo a mãe, em vez de acompanharem o filho dela na internação, os PMS estranhamente deixaram recado de que ele estava liberado. O pai o pegou no hospital e levou para casa.

Na noite da morte, a mãe fez curativo no filho. Num determinado momento, ele disse que iria para fora de casa ligar para a noiva. “Eu olhei pela janela e o vi agachado. Minutos depois escutei freada de carro na rua, e meu filho gritando ai, ai.”

O jovem entrou correndo para dentro de casa e um policial foi atrás dele. “Eu consegui segurar o policial, mas outro entrou e foi até os fundos da casa para onde Maicon havia corrido.” De acordo com a mãe, o filho pulou o muro da casa vizinha. “O policial ligou para a viatura chamando reforço. E em minutos outros chegaram. Eu corri atrás e vi que eles encontraram meu filho, e um me segurou.”

Segundo Damaris, um dos PMS encontrou Maicon acuado no quintal da vizinha do fundo e ordenou que ele pulasse de volta para o terreno vazio no fundo da casa. “Após ele pular, obrigaram ele a ficar de joelhos. Maicon ergueu a blusa e mostrou o curativo que eu tinha feito. O policial disse: ‘olha o que você merece’ e atirou na cabeça com ele ainda de joelho.”

A mãe afirma que outros policiais atiraram também. Maicon morreu na hora. “Eu assisti a tudo isso, com um policial que engatilhou uma arma apontada em minha direção e me mandou ficar para trás. Depois chegou outra viatura e os policiais trouxeram uma arma e alegaram que foi confronto, que a arma já estava com Maicon.”

O celular e os R\$ 600 que a mãe havia dado ao jovem para pagar uma prestação para ela sumiram.

Damaris conta que o filho havia sofrido ameaça por parte dos policiais antes de morrer. Ela inclusive já havia dado queixa na Polícia Civil, mas alega que ninguém tomou providências.

A mãe queria que tivessem feito um exame de pólvora na mão do filho dela que iria dar negativo. “Mas não foi realizado nenhum tipo de exame para provar que Maicon havia disparado ou mesmo tocado na arma.”

A mesma versão de confronto apresentada pela polícia foi repetida pela mídia. “Como uma pessoa doente, recém-saída do hospital, colocada de joelhos, pode ter reagido?”, questiona a mãe.

O policial que primeiro atirou no jovem, segundo Damaris, matou outras quatro pessoas no bairro: todas com as mesmas características: tiro na cabeça.

Depois que executaram o Maicon segundo Damaris, por várias vezes a viatura da polícia tentou intimidar a família. “Os policiais encostam a viatura na moto usada pelos integrantes da família. Também estacionam a viatura na frente de casa e por lá ficando por várias horas.”

“Eu mesma fiz a denúncia junto ao Ministério Público de Ibiporã, mas não houve julgamento dos envolvidos, eu não tenho advogado, não tive acesso ao inquérito. Dia 17 de outubro de 2022, fiquei sabendo que juíza deu o caso por encerrado, sem fazer o exame da arma: alegou que foi legítima defesa dos policiais.”

Em julho deste ano, o PM que matou Maicon foi preso junto com outros colegas na Operação Mar Vermelho. O grupo é suspeito de cometer os seguintes crimes: latrocínio, extorsão, furto, falsidade ideológica e organização criminosa. Num dos casos, é investigado por simular um confronto e matar um agiota para ficar com o dinheiro dele.

<https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2023/08/03/veja-como-foi-investigacao-que-prendeu-dois-pms-suspeitos-de-latrocinios-e-falsificacao-de-boletins-de-ocorrencia.ghtml>

Ao saber da prisão, Damaris foi ao Gaeco pedir ao delegado a reabertura do caso de Maicon. Mas ele disse que o fato de o PM ter sido preso devido a outros casos não é suficiente para reabrir o inquérito do filho dela.

“Eu não tenho mais vida, morri com ele aquela noite. Fiquei com depressão e faço acompanhamento com psiquiatra. Eles não mataram só meu filho, mataram minha família toda. Não recebi nenhum tipo de assistência do Estado. O tratamento para depressão que eu faço não é pela saúde pública, é pelo condomínio onde eu trabalho.”

Caso 25

Matheus Felipe Pereira, 22 anos

Data da morte: 29/06/2022



A mãe, Marli Martins Pereira, se emociona ao falar do filho e começa dizendo que ele tinha projetos, estava gravando as músicas dele, já tinha ido para Santos, gravou uma música lá, gravou uma em Londrina, ele queria se lançar como M.C. Mas não deu tempo. Foi morto pela PM aos 22 anos dia 29 de junho de 2022.

Ele estava foragido e segundo a mãe no dia da morte ele havia falado que iria se entregar. “Queria ficar certo com a justiça.” “Ele usava tornozeleira, mas descumpriu medida e estava foragido”

O celular dele foi levado para a perícia quando foram apagadas as conversas entre mãe e filho. “Eram conselhos que eu dava para ele se entregar o quanto antes, para levar a vida dele normal, tinha sonhos, tinha projetos, como todo mundo tem, só que não teve esse direito.”

“O que me disseram é que ele havia ido a Londrina para comprar roupas para as filhas dele e o filho da Elaine (namorada dele que foi morta também), pois eles se apresentariam na festa julina da escola. As coisas que ficaram no carro, como as roupas das crianças e dele jamais foram devolvidas, mesmo após a perícia que fizeram no carro.”

Segundo ela, Houve uma perseguição policial entre Londrina e Guaravera e num dado momento o filho parou o carro no acostamento e desceu. “Foi alvejado por oito tiros e a Elaine também foi vítima, mas só tenho em mãos o laudo dele.”

Segundo os policiais, havia tido uma tentativa de assalto na cidade e eles estavam perseguindo uma caminhonete na rodovia. “Provavelmente este carro se desviou e eles continuaram na rodovia para achar e se deparam com o carro do Matheus, que era um ford Fiesta sem muita potência. Como ele não estava fazendo nada de errado, não tinha porque estar correndo na rodovia, certamente, eles (policiais) avistaram, identificaram ele, ele parou o carro e deve ter se entregado, porque ele ia se entregar mesmo no dia seguinte.”

Como a nora presenciou a execução, de acordo com a mãe, ela também teria sido morta.

“Meu cunhado conta que no carro não tinha nenhuma marca de bala, me pergunto: Como assim? Meu cunhado fala que, onde o Matheus estava caído, não tinha como não ter acertado o carro. Eles executaram meu filho, alteraram a cena do crime e são protegidos.”

O filho e a nora dela foram tratados pela mídia como “casal do crime”. “Tenho nojo dessa mídia. Eu nem tive coragem de ler, que eu sei que não era. Mão tinha como ele tentar roubar uma caminhonete porque o carro era dele, minha nora não dirigia. É mentira.” Para Marli a polícia cometeu um erro. “Eu quero a reparação, eu quero a verdade. Eu quero que tirem de lá que meu filho tentou roubar. E o pior de tudo é que as pessoas ainda vão lá e aplaudem, Meu Deus do Céu, tenho pavor disso, a sociedade acredita, fazem isso porque nunca passaram por isso.”

<https://tarobanews.com/noticias/policial/casal-morre-em-confronto-com-a-pm-perto-de-irere>

Caso 26

Matheus Henrique da Silva, 17 anos

Data da morte: 17/05/2016



Anna Paula, mãe de Matheus, relatou que a polícia militar matou o seu filho dia 17 de maio de 2016 às 21h30. O homicídio ocorreu na cidade de Guaratuba, litoral do estado do Paraná. Matheus foi executado na avenida principal. O adolescente foi abordado junto de outros meninos. Após ter sido levado para um canto, foi alvejado várias vezes.

Dois policiais, que são irmãos gêmeos, chamados Marcelo e Ricardo, estariam entre os que dispararam contra Matheus. Agonizando, sem chance de sobreviver, foi colocado em uma viatura e levado para um pronto-socorro.

Logo que Anna soube do ocorrido, partiu rumo a unidade hospitalar. Ao chegar, não permitiram que ela visse o filho. “Quebrei tudo lá”, admite. “Nem sei se no hospital deram atenção para o meu filho”.

Um dos gêmeos foi visto pela mãe de Matheus no pronto-socorro.

Na mesma data em que Matheus foi assassinado, houve um assalto em Guaratuba. O qual teve desenlace durante o período matutino. Anna Paula diz acreditar que o filho estivesse envolvido no crime, porém, manifestou de forma reiterada não ter ocorrido confronto e destacou que o assalto ocorreu durante o período da manhã enquanto o homicídio foi desenvolvido no período da noite.

Matheus foi acompanhado em Londrina por um Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. A mãe do adolescente disse que teriam se mudado para Guaratuba devido a uma chacina que ocorreu em Londrina durante o ano de 2016.

Naquele ano, pelos menos 16 pessoas foram mortas na “Noite Sangrenta” em represália à morte de um PM. Matheus já havia sido ameaçado, além de ter sofrido violência física. Em uma das vezes, a agressão teria ocorrido na Delegacia de Polícia Civil, após o adolescente ter sido apreendido. Ele em um carro “bambu” na ocasião.

Houve outra vez que Matheus foi agredido, quando estava em um posto de gasolina. Anna Paula destacou que havia um policial que perseguia o seu filho. “Ele invadiu a casa da minha mãe, onde encontrava o meu filho, batia nele. O meu filho não conseguia nem correr.

Ela disse também que além do possível envolvimento com a prática de atos infracionais, Matheus chegou a posar para foto, que foi publicada em redes sociais, com uma arma de fogo HK.

Anna afirmou que após a morte de Matheus, retornou a Londrina, onde o adolescente foi enterrado. Explicou que Guaratuba é um cidade pequena com uma população que corresponde, aproximadamente, a 40.000 habitantes. Refere-se a episódios em que a polícia entrava nas casas e matava as pessoas.

Contou que não teve acesso ao inquérito e que no laudo do IML “estava que o meu filho é branco, mas ele era preto” .

Atualmente contratou uma advogada, na qualidade de assistente de acusação.

A versão manifesta pela polícia militar é “que houve um confronto. O assalto lá no período da manhã e aí abordaram ele no período da noite e o menor foi para cima com uma arma”.

Os policiais que mataram Matheus já foram presos. Foram investigados pelo Gaeco. A prisão não ocorreu devido às denúncias realizada por Anna Paula.

A mãe do adolescente tem participado de atendimentos psicoterapêuticos. “Tenho bloqueio de nomes e tal.” Tem uma filha chamada Àquila, que está com 21 anos de idade, cursa enfermagem e também é atendida por profissional de psicologia, além de tomar medicamentos, que são prescritos por médica psiquiatra.

CASO 27

Wellington Andrade Ramos, 27 anos

Data da morte: 05/10/2022



De acordo com a mulher Abiqueila, Wellington Andrade Ramos foi executado pela polícia militar dentro da casa, onde residia com ela e filhos do casal, logo após ter chegado ao imóvel de Uber. Ele tinha 27 anos. Pouco tempo depois a Rotam – Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas - chegou ao local. Algemou dois rapazes que estavam com Wellington e o levou para a parte de cima da residência.

Os rapazes disseram que só depois de um tempo é que ouviram o som de disparos de projéteis e de um grito do jovem. A polícia teria matado Wellington com três tiros. Abiqueila não estava na residência no momento.

Além do homicídio, a companheira expressou acreditar que os agentes de segurança pública também teriam roubado uma quantia em dinheiro. Ela ainda disse que Wellington já havia sido ameaçado pela Guarda Municipal de Londrina

“Da última vez que a guarda municipal enquadrrou ele, eles gravaram um vídeo com o rosto dele. Perguntaram o nome e a data de nascimento. Depois que terminaram de gravar o policial falou que os dias dele estavam contados. Que ele não ia passar muito tempo mais. Que ele já estava sendo avisado fazia tempo. Foi isso que eu ouvi do policial”

A viúva esclareceu que o marido tinha envolvimento com a criminalidade, mas nega que ele tenha confrontado a PM. Tem certeza que houve uma execução, um crime doloso.

Afirmou que “ele era um jovem cheio de sonhos, “mas a vida como sempre puxa os jovens para o lado mais fácil onde tudo pra eles é ostentar etc”.

Muitos conselhos foram dados a ele. “Em nenhum momento estou dizendo que ele era inocente. Mas o que mais machuca é querer entender o porquê estando em três só mataram ele. Por quê? Ele era filho, pai e esposo. Por mais que tivesse a vida conturbada ele fazia de tudo para cuidar de todos a sua volta!”

Após a execução, Abiqueila prosseguiu no município de Londrina, mas mudou para outro bairro. Passou a residir com a mãe. Tem quatro filhos: Thabata Bianca de Souza Lopes (04/07/2014); Theo Benício Lopes de Oliveira (19/01/2019) e dois bebês gêmeos.

05 – AS REIVINDICAÇÕES

O movimento reivindica que os casos sejam apurados por meio de uma força-tarefa e os responsáveis sejam punidos. E também que as famílias possam ter acesso às investigações.

Outra reivindicação do “Justiça por Almas – Mães de Luto em Luta” é que os agentes da Polícia Militar, a exemplo do que acontece no Estado de São Paulo, usem câmeras de vídeo acopladas em seus universos. E que toda ação policial seja gravada. As viaturas também devem ter equipamentos para gravação de vídeo.

O movimento ainda reivindica que os policiais sejam submetidos a exames toxicológicos periodicamente.

LINKS PARA LEVANTAMENTOS DO GAECO/MP DAS MORTES DE 2017 A 2021

Mortes 2022

<https://mppr.mp.br/Noticia/Gaeco-apresenta-balanco-das-mortes-ocorridas-em-confrontos-com-forcas-policiais-no-Parana>

Mortes 2021

<https://comunicacao.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=24444>

Mortes 2020

<https://comunicacao.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=23409>

Mortes 2019

<https://comunicacao.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=22423>

Mortes 2018

<https://comunicacao.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=21171>

Mortes 2017

<https://comunicacao.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=19934>



Protesto do movimento Justiça por Almas dia 30 de julho na zona norte de Londrina



Manifestação dia 21 de julho de 2023, no local onde foi morto o adolescente Davi Gregório



Protesto dia 8 de março de 2023 no local onde foram mortos Willian e Anderbal

Manifestação em Sarandi, durante julgamento do assassinado do adolescente Jadson

